

antonio
de cértima

DISCURSO
À
GERAÇÃO
LUSITIANA

1.800p



bibRIA

do autor:

subsídios para
a formação da
Nova Nação

EPOPEIA MALDITA, 1924

- revisão da consciencia militar

O DITADOR, 1927

- revisão da consciencia politica

PARA BREVE:

- revisão da consciencia literária

outras obras:

bibRIA

BÔDAS DE VINHO, símbolos helênicos

VOLÚPIA DO MAR, novela

LEGENDA DOLOROSA DO SOLDADO

DESCONHECIDO DE AFRICA

ALMA ENCANTADORA DO CHIADO,

crónicas e criticas

JARDIM DAS CARICIAS, poema

antonio de Cértima

DISCURSO

À
bib**RIA**
GERAÇÃO
LUSITANA



SEVILHA

1 9 3 4

bibRIA

“Um mundo novo
criou um ho-
mem novo. E
este homem en-
cara os grandes
problemas pre-
sentes sabendo
que lhe será
preciso resolvê-
los e que ele os
resolverá.”

bibRIA

E.

GÜNTHER

GRÜNDEL

*Die
Sendung
der
Jungen
Generation*

bibRIA

O viventi che
uscite se per
voi non duri
e
non cresca la
gloria della
patria noi sa-
remo morti
invano.

bibRIA

Inscrição
sobre o portal
do
cemitério italiano
da
Terza Armata
em
Redipuglia

bibRIA

DISCURSO

À

bib**RIA**

GERAÇÃO

LUSITANA

bibRIA

a todos Aqueles
que, como o
bárbaro antigo,
sabem dar á
Vida, mais que
a transitoria
colaboração
das palavras,
a colaboração
violenta do
Sangue e da
Acção.

a.

de.

c.

bibRIA

Preâmbulo

bibRIA

bibRIA

Habituaados a verem-me agir politicamente, no heroico decorrer destes últimos oito anos de lutas nacionais, muitos dos leitores (1) esperariam encontrar nestas páginas o resumo ácre duma luta partidária—e sectarista, como é de bom costume.

Enganaram-se, no entanto, estes frívolos admiradores da violência mesquinha. Redigindo as páginas que vão lêr-se, o meu espírito, educado no gosto da violência e insubmissão das ideias, teve apenas como objectivo criar um movimento violento de consciência na geração lusitana a fim de que esta possa assumir, como deve assumir, uma atitude nacional perante o desfecho precipitado das forças que preparam a Europa—e existirá ainda uma comunidade geográfica e política que mereça este nome?—para novos acontecimentos de luta e de drama social.

Evoco a propósito e sem veleidade a Intranquilidade de que procedo. Ela justificará a independência talvez crua da minha escola moral. Combatente fui e combatente continuo a considerar-me já que os anos não tem modificado, senão, antes, intensificando-a, esta convicção sangrenta do meu ânimo: de

(1) Aqueles que, dcêrca dos acontecimentos da Guiné, em Abril de 1931, se me têm dirigido através duma filosofia política que nem me comove nem me deixa davi-
das sobre as ilusões dos seus adeptos, responderei que as suas interrogações encontra-
rão facil explicação no volume a aparecer: Fogo sobre a Guiné.

ser a luta e o perigo de viver a mais alta elaboração do poder pessoal. Por experiência sei, pois, o que vale a coragem e a inconsistência do heroísmo; a alegria de desafiar a eternidade, cantando, e o terrível receio do soturno deixar de viver de Hugo. A visão da morte imediata, dezenas de vezes repetida, ensinou-me a meditar profundamente sobre o valor dinâmico da vida, e, por outro lado, a terrível enifácia das abstrações deu-me a conhecer a medida exacta do poder supremo das realidades. Vivendo em contacto cerrado com o perigo, o perigo desvendou-me as raizes nietzscheanas da vontade e o seu emprego ardente sobre o terreno movediço da catástrofe.

Assim esclarecido, e, para mais, obedecendo a um instinto quasi pessoal do conhecimento, a noção do mundo, engendrada por esta atitude, levou-me a raciocinar ao inverso sobre a natureza das coisas do meu tempo. Consequentemente, o destino destas coisas apareceu-me outro. E também a sua projecção interior ou oral. E de despojo em despojo, encontrei-me expurgando das suas perigosas ficções estas três grandes mentiras de aparatoso valor espiritual: palavras, sentimentos e seres.

Para além das palavras e dos símbolos, na sombra das apoteoses e das teorias augustas, o homem, reduzido a si proprio, descarnado até às razões mais simples da sua consciência, é mais facil de ser contemplado em plena figura da sua grandeza ou do seu abatimento. E tendo reparado bem nêle, levado por aquela mesma atitude, encontrei-o ameaçado por todos os

cataclismo, seduzido por todas as vertigens, ávido de um mundo que não é o seu mundo, constructor de vitórias e de perigos que igualam a sua febre e o livôr das suas dúvidas morais, batido enfim por todas as tempestades do espirito, não quedando em suas mãos, como alto prêmio da batalha, nada mais que os frutos eternos do seu destino religioso. E naturalmente. O homem moderno só poderá ter uma volúpia: a de haver entendido Deus.

Nenhuma civilização se separou tanto do homem como a nossa. O destino d'este foi sempre, no decurso da historia, a substância de que se alimentava o espirito profundo das épocas e da qual dependiam as suas varias fases de progresso moral ou artistico. Havia por assim dizer uma solidariedade orgânica entre o criador e o criado, e a materia que contribuia para a vitalidade destes dois elementos participava das mesmas virtudes e depressões, sendo perezível sob a influência das mesmas forças ou do mesmo designio.

Ora, num contraste impressionante do mundo moderno cujas características o pensamento se esforça por sintetizar numa fórmula que não foi ainda encontrada, o homem, por mais que tal posição se afigure absurda, aparece isolado da sua obra, desfigurado mesmo, perdendo de tal modo os vestigios e afinidades pessoais com as criações de que ele foi o animador plástico que, sem ligar a sua sorte ao efêmero triunfo da sua oferta à civilização, elle não encontra dentro dela o destino do heroi mas sim, quasi sempre, o de vitima da propria grandeza por suas mãos ardentemente elaborada.

Não obstante, nenhum outro homem procurou com mais avidez e afân cerebral a sua entrada na civilização do seu tempo. Impressiona ainda mais este contraste. O drama moral da época parece mesmo proceder unicamente desta luta trágica e apaixonada. O movimento das élites ou o movimento das massas correspondem ao mesmo impulso secreto de integração nos valores culminantes da sociedade de que fazem parte, são igualmente caracterizados pela mesma preocupação objectiva: de entrarem como elementos de domínio na formação do tipo de forças que conduzirão o mundo em que vivem. E assim é que encontramos a primazia da acção a timbrar todas as manifestações da vida moral das gerações actuais. E estas, uma vez colocadas nos seus quadros, criaram esta posição perante os dois panoramas do mundo: são políticas perante a sociedade, e, no panorama espiritual, são crentes perante Deus e negativistas perante os homens.

* * *

É a figura do homem português e as suas reacções perante as inquietações do seu tempo que eu pretendo explicar a mim próprio e às gerações activas de Portugal. E, sobre-tudo, assistindo hoje de novo ao forjar de armas e de material humano

destinados à destruição do homem, eu sinto como um mandamento imperioso das minhas forças, desbastadas pelas asperesas do combate e afeitas ao seu contacto, dever aproximar-me dêles e fazê-lo partilhar o fruto da minha experiência optimista.

Em 1927, fechando as páginas do livro O Ditador, eu explicava assim a minha posição no referido volume:

—Habitado a tomar parte nos grandes acontecimentos do meu tempo como actor e não como espectador, sou, por uma razão cerebral, concitado a testemunhar a minha presença nesses acontecimentos.

Fiz a Guerra e documentei-a. Agora faço a política e documento-a também.

Nesse depoimento duma juventude política, que, aparecido na hora incerta duma batalha em cujo triúnfo poucos acreditavam ainda, constituiu o primeiro inventário crítico e organizativo que autores nacionalistas—e tantos vieram depois!—tiveram a coragem de publicar, estudava-se o problema da minha geração na sua attitude em face dos acontecimentos internos da Nação.

Nas páginas de hoje, procedendo dum pensamento que encontra motivos de regosijo na lógica objectiva da sua acção, pretende-se, pois, estudar o novo problema dessa mesma geração posta em frente duma Europa em pleno fermento de batalha e de renovo social.

Tanto numas como noutras, a mesma preocupação aparece a dirigir o entusiasmo do espirito: o estudo do homem; a

mesma curiosidade: o seu destino; a mesma paixão: o amor do seu tempo e da das ideias que o dominam.

Nos dois depoimentos, como caracter da sua expressão verbal, a mesma doutrina viva e incitadora: criando no homem o culto da grandeza, da coragem e da fé; ensinando-lhe a saborear o perigo, a dominar a dúvida, a respirar o ar galhardo das alturas e da independência moral; excitando-o, finalmente, a fazer da vida uma força heroica e criadora, da consciência uma afirmação contínua e veemente, e do coração um relógio austero de eternidades que um acaso banal, um destino de Deus ou uma bala perdida no espaço poderão abolir para sempre!

Espanha - Outubro de 1934.

EIS

AQUI

A
bibRIA
EUROPA...

bibRIA

EUROPEUS de trinta e cinco países da Europa, seja qual fôr o quadro nacional em que nos encontremos confinados dentro do Grande Continente, a verdade é que, sempre que nos situêmos na posição de meditar sobre o destino do agrupamento a que pertencamos, de modo algum nos será lícito o isolarmo-nos do destino do continente em cujo tipo de civilização se enraizam as leis morais e políticas do mesmo aglomerado racial, de que façamos parte.

Noções da Europa.

Como portugueses e portadores da mais pesada senão nefasta influência do destino europeu, o potencial de elementos da composição nacional deriva em grande escala do valor das energias da Europa. Uma razão para mais—se não é quasi uma necessidade histórica—de cuidarmos de estabelecer prèviamente uma configuração mais ou menos exacta do continente humano de que procedemos geográfica e ètnicamente, e da posição da sua civilização no Mundo.

Não quiere isto dizer—fixe-se bem—que Portugal se considere por isso uma nacionalidade de tipo europeu. Pelo contrario, a sua formação propria, de origem luso-atlântica (1), modelada sob o impulso universalista da espiritualidade cristã, opõe-se ao nacionalismo científico e político dos constructores do Velho Continente. O seu occidentalismo oceânico, crente e aventureiro pela contemplação metafísica do panorama ambiente, não tem nada de comum com o individualismo guerreiro e iconoclasta das metrópoles do centro e leste magiar. Nem Calvino nem Bizâncio. Portugal é românico em todos os momentos culminantes do seu génio: em Ourique, na manhã gloriosa das Indias e nas páginas épicas do *Lusiadas*. Isto é, cristão. Ora a Europa é anti-Roma, logo Portugal é anti-europeu.

Difícil será hoje dizer-se o que é Europa, circunscrevê-la dentro de dimensões apropriadas, limitar enfim a sua extensão física a um conhecimento rigoroso, de tal modo a massa confusa dos problemas da ordem nova altera e obscurece continuamente, tanto no plano político como geográfico, a linha inter-continental das velhas divisões do universo. Os anos, o caracter belicoso e inconstante do nosso tempo, deram a esta palavra um valor novo e inquietante, provocaram nela uma sono-

(1) Ramiro de Maeztu acaba de publicar um ensaio de ético-política no qual se apresenta a acção histórica de Portugal como absorvida pelo movimento de criação peninsular a que ele chama *hispanidad*.

Não está certo. Portugal soube criar e impôr um tipo de civilização propria que não é nem europeu nem tão pouco hispânico. O caracter local do seu génio é demasiado acentuado e racista para merecer a errada etiqueta do arbitrario ensaista. *Defensa de la Hispanidad*. Madrid, 1934.

ridade profunda e diferente da anterior. Europa poderá assim definir-se, na imprecisão do momento que passa e sem usar de dislate nem embigüidade, por uma simples — Grande Interrogação.

Não vá, porém, sem dizer-se que a inteligência herdou o habito de atribuir à Europa uma categoria que a apresenta como constituída por um corpo homogêneo de elementos de cultura e de sensibilidade, de sentimentos estéticos e leis morais obedecendo a um tipo de civilização dentro do qual o homem parece atingir o seu maior grau de liberdade espiritual e expansão criadora.

Uma velha definição de *avant-guerre* fazia depender a ideia da Europa da coexistência dos seguintes três pontos de resistência:

- o Vaticano;
- a Câmara dos Lords;
- a casa militar do Kaiser.

A transformação das forças dirigentes do mundo social e a evolução precipitada das ideias que lhes correspondiam, anulou aquelas três bases tradicionais em proveito de um só foco de resistência, fazendo apoiar a consolidação desta mesma ideia da Europa sobre um centro único:—Roma.

Aparentemente, tal verificação parece conduzir a uma teoria errada do espírito, o que depressa se corrige tendo em vista que a urbs cesariana e papal, chamando a si o centro da civilização do Continente, nada mais faz que repôr no seu eixo as forças que no mundo antigo dirigiram o aparecimento do imperialismo europeu e que Roma recebeu do oriente das mãos de Alexandre Magno.

Roma é contra a Europa anti-europeia. As heranças do sangue afirmam-se no indivíduo como na história. Os despojos nacionalistas da cidade de César são o mais belo patrimonio do imperialismo europeu. Roma, sendo, por conseguinte, contra o espirito bárbaro da racionalização do homem, é pela vitalidade da Europa desde que esta se conjugue com os dictames da espiritualidade romana. E esta espiritualidade, obedecendo a um curioso designio ancestral, representa-se hoje por uma dupla síntese dos dois grandes poderes que regem modernamente as nacionalidades: catolicidade e política. «O fascismo é uma concepção religiosa e, mais que um sistema de governo, é sobre-tudo um sistema de pensamento», —exclama o Duce.

Magnífica realidade temporal e espiritual! O estado fascista, sabendo e bem que toda a doutrina política deriva duma concepção filosófica ou religiosa do mundo, afirma, para cumprimento exacto da sua missão, a correlação dos seus direitos políticos e dos seus deveres religiosos, plenamente integrados na mística da sua acção universalista. Por isso Roma se levanta contra o que ela considera os dois inimigos da Europa: Genebra e Moscovo, ou sejam dois elementos de desagregação do edificio romano-cristão. Um, contendo tudo o que o verbalismo pode possuir de illusório e romântico (1) para embelezar o pensamento wilsoniano do «direito dos pequenos povos a disporem deles proprios»; outro,

(1) «Um humanismo como função da desgraça, forma nova do espírito de Genebra..»

Robert de Traz, *L'Esprit de Genève*.

amalgamado no materialismo histórico de Marx e tentando, dentro do anacronismo doutrinário de que procede, uma experiência sem proveito humano nem espiritual.

A querer considerar os obstáculos exteriores que se opõem à livre expansão da civilização romano-europeia, teremos que enumerar: três blocos brancos—o socialismo russo, o democratismo de Genebra e a plutocracia financeira yankee; um bloco amarelo—a ofensiva do imperialismo indo-nipónico; e, finalmente, um bloco negro—o levantamento contra as nações brancas da Internacional Vermelha africana (1).

Quanto ao seu confinamento geográfico, o panorama sobre o qual este se desenrola é já um reflexo da sua natureza histórica e heróica.

(1) Após a agitação criada pelo *Congresso Pan-Africano*, realizado em Londres em 1919, e o *Congresso dos Trabalhadores Negros*, reunido em Chicago em 1925, as conclusões do famoso relatório Bell, ratificadas pelo *Congresso da III Internacional*, de 17 de Julho de 1928, em Moscovo, constituiram como que o código da insurreição negra.

Sob a presidência do conhecido agitador Carlton Ford, da Federação Americana dos Homens de Cor, uma secção especial do mesmo congresso de Moscovo votou, em sessão do 1.º de Agosto, a criação dum comité sindical internacional dos trabalhadores negros, o qual ficou assim constituído: dois representantes da Federação Negra dos Estados Unidos; um delegado da União Sul-Africana, um da Guadalupe, um da Martinica, um de Cuba, um do Haiti, um da África Oriental Inglesa, dois da África Portuguesa (Angola e Moçambique), um pelo Congo Belga e Congo Francês, um pela República da Libéria e, finalmente, um pelo Senegal e Sudão Francês.

Este comité, em número de treze membros, foi imediatamente dotado, sob a proposta de Bell e Carlton, dum crédito de 200 mil rublos-ouro a fim de entrar em acção imediata para a realização do seu objectivo: organização dos trabalhadores negros para a sublevação das colónias contra as nações brancas.

Vem ainda a propósito fixar aqui o grito de guerra espalhado entre os negros da África do Sul contra a ocupação europeia:—*Give us back our Africa!* (Entregai-nos a nossa África!).

Dois mares enlaçam a Europa infiltrando nela o sentido clássico da aventura e da epopeia: o Mediterrâneo e o Atlântico. Duas civilizações: uma, latino-helênica; outra, luso-ibérica.

O Mediterrâneo é o sortilégio terrestre e intelectual, a defesa diante das hostes africanas. O Atlântico é a tentação ideológica do pensamento, baliza do extremo ocidental acenando ao homem como um braço claro e enigmático a desafiar todas as audácias e sugestões do Eterno. É o mar do mundo novo, mais lusíada que europeu. Baixando do norte, a sua massa líquida recorta-se nas dentaduras do Finisterra, limita a seguir o oeste da França, galga a mesêta hispano-cantábrica, adoça-se no litoral luso-galaico para se dobrar bruscamente no promontório henriquino de Sagres onde a Europa do sudoeste é detida inesperadamente no seu avanço pela mão apocalíptica do Infante que, pela sua acção, a limitou nos domínios do espírito como a natureza a limitara já na configuração da terra.

Com relação aos limites opostos, descendo dos países bálticos até à Grecia, as fronteiras são sinuosas e de difícil reconhecimento. Nenhuma consolidação de territorialidade. As divisões éticas e políticas dependem todas das linhas fragilíssimas dos tratados. As nacionalidades são, aqui, mais uma configuração jurídica dos protocolos de Versailles e Locarno que metrópoles definidas pelas linhas imutáveis de raça e de língua. Á planura espiritual do horizonte marítimo sucede, ali, a aridez da estepe ou a violência agressiva e insidiosa da montanha em cujos refolhos um instinto de horda pa-

rece preparar-se para as retaliações do sangue inimigo, para as piores revindictas, quem sabe! Uma linha de vigilância, flexuando para as ranhuras buliçosas de léste, parece auscultar as sombras dum drama em perspectiva, montada ao longo dessa confusa encruzilhada de raças, de idiomas e de tradições adversas a que Lucien Romier, com patética precisão, chamou melancolicamente o *Carrefour des Empires Morts...*

Que nos virá dali? Ninguém o sabe ou não se atreve a dizê-lo.

Um círculo de angústias, um círculo de aço torna-se cada dia mais cerrado em volta da respiração de cada homem. Uma linha de sombras, de epitáfios, de nomes, aperta tenazmente o círculo. Serajevo, Mayerling e Brest-Litovsk são legendas carregadas de significação... Sobre o Reno projecta-se a sombra de Rathenau, e, para lá do Dnieper, ameaçador e profético, ergue-se o espectro simbólico de Rasputine...

A Europa—*hélas!*—parece encerrar-se num abraço terrífico de fantasmas!

O europeu de Genebra, de Paris, de Vilna ou de Praga, formula muitas vezes, no plano intelectual, a pergunta se deve ou não considerar-se ainda a Europa como um conjunto activo de nacionalidades. **¿Nação ou Continente?**

A questão, embora com tendências aparentes de internacionalismo nivelador, merece ser estudada.

Dizia Maurice Barrès, pouco tempo antes da sua morte, quando René Johanet o interrogava ácerca da importancia que poderia ainda merecer-lhe o culto do regionalismo, que, depois dos deslocamentos das grandes massas de homens, produzidos pela Guerra, as nações tinham desaparecido para dar lugar a continentes.

Expressando-se assim, aquele que tinha sido o grande animador da energia francesa pressentia, como todos aqueles que nas sombras das trincheiras tinham descoberto projecções novas no horisonte das teorias políticas dos homens, a formação de um foco de atracção moral, espiritual e mesmo económica, que assegurasse às sociedades do futuro, pela comunidade de interesses e conforto social, um meio onde a acção do individuo, realizada em qualquer ponto do continente, dispusesse do mesmo ambiente do meio nacional.

Barrès falava, porém, num momento em que havia ainda dedadas de sangue na recordação dos homens e em que, fugindo à confusão do drama de que se vinha, todas as experiências, todos os sonhos e todos os refugios morais eram permitidos. O apetrechamente científico que, apressadamente, começava então a dotar o mundo de formas novas de acção e realização, engendrava por certo a noção de que, servido o progresso da civilização por um material tão vasto e poderoso, surgindo cada dia possibilidades inéditas de comunicação entre os povos, o conceito geográfico de nacionalidade perderia em breve o seu valor primitivo para integrar-se na ideia que lhe é imediatamente superior: a do Continente. Por outro lado, o predomínio nascente

do político sobre o humano na formação moral das sociedades, a violência das multidões lançando-se na pretendida conquista da maior soma de bem estar pessoal em detrimento de todas as ideias e de todos os interesses estranhos a tal fim, constituíam outros tantos materiais que facilitavam a concepção barrèsiana.

Parece, no entanto, não ter tomado o mundo aquelas directrizes que pareciam existir no espirito do glorioso autor do *Culte du Moi*.

Sobrenacionalismo

Alguns anos mais tarde e no sentido de resistir à catástrofe económica das nações, nasceu, é certo, a ideia de organizar o Continente (1), porém o programa de tal organização era concebido dentro dum quadro jurídico e aduaneiro que retirava àquela todo o valor que poderia atribuir-se a qualquer movimento de evolução política das nacionalidades.

Poincaré expôs assim a posição da nacionalidade francesa perante o problema da organização da Europa: «Estamos no entanto convencidos que, num mundo em que as noções de espaço e de tempo são cada dia alteradas pela ciência, nenhum povo terá mais o direito de se isolar comsigo proprio nem de procurar a dominar os outros povos, visto que a prosperiedade de cada um depende da prosperiedade geral e que, entre as nações como entre os individuos, não haverá, de hoje em dian-

(1) Vêr o parágrafo *A organização da Europa*.

te, progresso para ninguém se não houver progresso para todos». Mas isto não impede que o mesmo homem político, solicitado para prefaciар um livro do ensaísta Gaston Riou (1), deixe de exclamar com vigor: *Europa, minha patria, não;—Europa, minha segunda patria...*

Não se tratava, por conseguinte, da alienação dos territorios nacionais mas sim de dar realização a uma nova forma de cooperação internacional, em apoio da cultura e do progresso do mundo novo. Desta forma, os aglomerados nacionais, obedecendo ao instinto profundo das novas correntes sociais, seriam chamados a contribuir para a actividade dum campo mais vasto da vida da Europa, ao mesmo tempo que se estabeleceria entre eles uma permuta de relações e de experiências de que adviria inevitavelmente um reforçamente da sua propria vitalidade.

O dr. Stresemann, subindo à tribuna em Genebra a fim de anunciar à Europa a entrada da Alemanha na Sociedade das Nações, sintetizava num discurso admiravel de medida e claridade o pensamento da nova politica europeia: «O homem que melhor servirá a humanidade será aquele que, enraizado no seu povo, desenvolva até ao mais alto grau os dons espirituais e morais que ele tenha recebido desse mesmo povo, e, ultrapassando assim os limites do seu país, comunique alguma coisa de novo à humanidade, como o fizerea os grandes homens de todas as nações e cujos nomes estão inscri-

(1) Gaston Riou, *Europe ma patrie*.

tos na historia do mundo». E exprimindo-se assim, Stresemann, servindo-se do seu nacionalismo filosófico, tinha em mente o homem de Nietzsche quando este negava que viessem do emprego da força ou por privilégio hereditário as qualidades superiores do homem encarregado do aperfeiçoamento colectivo.

Pelo restante, a ideia, defendida com uma tão grave autoridade, parecia concitar o interesse dos espíritos mais avisados e prometia fazer carreira. Estava assim encontrado o que, dentro do proprio cenáculo genebrino, foi chamado *Sobrenacionalismo*.

Poderemos, pois, definir a doutrina do Sobrenacionalismo como um plano de aceleração das forças nacionais tendendo a produzir uma energia destinada ao consumo das forças da Europa, em proveito da cultura do Continente e do seu progresso económico e moral.

bibRIA

Não será, decerto, necessario falar aqui das razões que levavam os espíritos a preocuparem-se tão seriamente com o problema da organização da Europa. Tudo aparecia desorganizado: sistemas políticos, tradições morais, a alma humana, o homem! Oito milhões de europeus desaparecidos na voragem da Guerra, o sulco aberto na alma das nações deveria produzir inevitáveis choques e anomalias. O desequilíbrio do temporal e espiritual acentuou-se rapidamente, criando as consequentes rupturas das sociedades. Todos os elementos consti-

**A última
crise**

tuitivos da civilização foram absorvidos pelos fenômenos de transformação social. O Continente entrava numa nova etapa de modificação colectiva e moral.

Três grandes movimentos internacionais modificaram a estrutura política e moral da Europa desde a constituição das nacionalidades saídas das Idade-Media até aos nossos dias. O primeiro pode situar-se no movimento criado pela Reforma, em que o homem, obedecendo ao gosto absurdo da falsa liberdade, pensou ter conquistado a emancipação total do seu livre arbítrio quando nada mais fez que submeter todos os instintos da sua consciência a uma série de resoluções dependentes do humano. Era uma libertação o que o pensamento luteriano julgava realizar no domínio religioso do mundo de então? Decididamente que não. Os panegiristas do fenómeno germânico apressaram-se a deslocar para o campo religioso o que, bem analisado, afinal, não passa dum mero protesto contra o obscurantismo social da Idade Média. A blasfêmia dum monge ficaria abafada dentro das grossas paredes da comunidade se o ambiente político do mundo de então não esperasse com impaciência um motivo para reagir contra o despotismo das classes que usufruíam os privilegios do Estado. De resto, a crítica moderna nada mais faz que acentuar a decadência senão o crepúsculo de todos os velhos dogmas que fizeram até à Grande Guerra o alimento por excelência da cultura europeia: Reforma, Enciclopédia, Marxismo, Democracia. Com a Reforma deu-se o aparecimento do Individualismo. A divisão religiosa provoca uma série de movimentos apaixonados de opinião

que incidem sobre a unidade das nacionalidades, levando estas a desintegrarem-se, no campo político, como o homem se *desintegra* no campo moral. O russo Berdiaeff, numa bem curiosa elocução, denomina este movimento de *atomização* da humanidade cristã (1), e Georges Ralli, que cita igualmente o filósofo slavo, conclúe que, desde a Renascença até os nossos dias, este fenómeno nada mais tem feito que acentuar-se (2).

Mais tarde o ciclo napoleónico veio por sua vez modificar a estabilidade da Europa incutindo nela o instinto da democratização, nesse tempo mais aristocrático que plebeu. Com efeito, Napoleão, desfraldando sob todos os céus a bandeira do seu imperialismo glorioso, criou nos povos um sentimento vivo de emancipação que participava mais dum sentido colectivo de liberdade que de vingança política. E foi desta maneira que o fruto do seus triunfos espantosos engendrou e propagou a ideologia da Revolução, e de que ele proprio, parecendo esquecê-lo muitas vezes, era um portador famoso e violento. E as reformas profundas que, dentro dessa mesma ideologia e por inspiração do seu génio pessoal (recordemos a evocação da sua obra de reformador, feita pelo proprio Napoleão quando ditava, em Santa Helena, as páginas patéticas do famoso *Memorial*), êle outorgou a todos os povos sobre os quais brilharam as águias das suas vitórias, completaram, por outro lado, a obra de transformação. Na consciência das multidões

(1) Nicolas Berdiaeff, *Una Nueva Edad Media* (versão espanhola).

(2) Georges Ralli, *Essai sur le Problème de l'Entente Européenne*.

incutiu-se um conceito grave das liberdades individuais, de que elas iriam servir-se sem noções de medida nem de cultura adequada.

A última crise ou período de transformação europeia surgiu com a Grande Guerra. O homem e o seu universo pessoal sofreram modificações de tal ordem que todas as relações com o passado apareceram como solucionadas, a terra ofereceu o espectáculo dum mundo novo que surgia, violento, requintado e iconoclasta, das cinzas fumegantes das batalhas. Foi um momento único, inédito, que nenhum instrumento da civilização pôde fixar. Apesar do passado milenario de que se procedia, com dezenas de séculos contribuindo para a formação dum sentido comum da existência, o homem, liberto e moço, possuidor de todos os direitos e não querendo cuidar de nenhum dever, eliminando todas as fronteiras, derrubando todas as balizas da ética e da política, ávido enfim de viver, de fugir aos destroços da morte com que tinha convivido durante quatro anos largos de desterro, sentia a feliz embriaguez das primeiras manhãs da historia do mundo! Como acontece nos primeiros anos da infancia, em que se sonha sem esperanças nem lamentos, isoladamente, sem comunicações directas nem com o passado nem com o futuro, a humanidade parecia encerrar-se na sua propria volúpia, confinando o sentido do eterno dentro da fragilidade do tempo em que ela isolava o seu festim. Grandiosa obra, rica e misteriosa como uma semente fecunda e que tocou duma singular virtude sobre a terra a todo aquele que pôde e soube vivê-la e senti-la.

Este estado do mundo, oposto a todos os princípios da normalidade histórica, deveria necessariamente forçar as leis mais simples do equilíbrio colectivo. No que respeita ao campo político, a desordem foi devidamente realizada e consignada juridicamente sob as tábuas democráticas do protocolo de Wilson.

Isto dito, deverá, no fim de contas, apelar-se de crise este terceiro movimento de transformação da Europa? Desde que haja ruptura de ordem, há crise. O que importa conhecer é os benefícios trazidos pelo regresso do equilíbrio.

É, mais que presuntivo, evidente que a ideia, da Europa marcha paralela a uma ideia de destruição. A sua transformação ameaça, muitas vezes, operar-se mais no sentido da catástrofe que do progresso e harmonia vital.

**O mal da
Europa**

Com efeito, os fundamentos da civilização do Ocidente oferecem uma perda sensível de realidade que não é fácil dissimular. Costumes, leis, princípios políticos, direito, propriedade, autoridade, tudo parece afundar-se ou decompôr-se, despojando-se para sempre daquela fisionomia peculiar e duradoura que o pensamento dos séculos lhes tinha atribuído. As opiniões mais contraditórias surgem de todos os sectores da crítica social a fim de encabeçar num juízo definitivo a classificação da crise em que muitos querem vêr apenas o choque entre o homem e a máquina, outros pretendem encontrar a

decadência do espírito sob o domínio racionalista das forças económicas e onde alguns, mais apocalípticos, se regalam em assinalar o fim simples do mundo contemporaneo. Seria longo o enumerar aqui os conceitos formulados pelos tratadistas da questão, em torno da qual se tem organizado, através da literatura de todos os países, um processo copioso e documentado. Sobre-tudo, o que nestes últimos quinze anos de crise rovolucionária interessa fixar, é a influência quasi ulcerosa que a mesma tem exercido no pensamento das gerações, imprimindo-lhe um caracter de inquietação e de desespero que tem levado aos exemplos mais trágicos de renúncia. (1) Um dos espíritos mais lúcidos da nova Alemanha, num capítulo simbólicamente intitulado *Entre Ontem e Amanhã*, inventaria assim, através duma sùmula de etiquetas significativas, o estado da Europa actual: «Entre a acção e o sofrimento, entre um pouco de esperança e bastante desespero, morre a época de ontem e nasce a de amanhã. Para nós, que somos arrastados no turbilhão, impossivel se torna de medir a rapidez daquela morte e deste nascimento. É, no entanto, possivel o acto de pressentir-lhes a necessidade e a significação e interpretar-lhes a lei. Tudo se modifica, nada é já sólido. Nenhuma forma de existência, nem nenhum sentimento é duradouro. Nenhum estatuto prevalece nem com relação ao Estado, nem com relação ao próximo, nem com relação ao dinheiro, quer entre

(1) O moço escritor alemão Möller van den Bruck suicidou-se por não ter podido resistir à tristeza mental engendrada pela interpretação do mundo em que vivia.

os homens e as mulheres, quer entre os moços e os velhos. Os ideais de varios séculos apodressem na lixeira da historia. A grande arte encontra-se em decomposição. A felicidade e as paixões tornam-se em fumo; inventa-se uma outra felicidade e outras paixões. Descobre-se o corpo humano e opera-se nêlo refazendo-o. Não há, afinal, nenhum ramo a que nos agarrarmos nesta aventura ao mesmo tempo terrífica e atrósmemente voluptuosa da nossa marcha para o abismo». (1)

O desastre económico das nações poderá considerar-se por si só como um elemento predominante da ruptura da ordem estabelecida. Para o combater tem-se buscado sistemas audazes e inventado um apetrechamento técnico de trabalho que nada mais tem feito que acelerar o desenvolvimento progressivo da crise. Contra o super-rendimento industrial da máquina alguns países adoptaram mesmo a proibição, dentro duma certa medida, do emprego demasiado da motorização da energia a fim de que o homem possa obter colocação dentro do pouco espaço que lhe resta ainda para aplicar as suas faculdades de trabalho. Há mesmo quem predique a necessidade que incumbe aos estados de decretarem medidas que restrinjam a invenção, anomalia contra a qual se insurge, e em bôa hora, Daniel Rops, habil analista do nosso tempo, classificando-a muito justamente de *pecado contra o espírito*. (2)

(1) Ludwig Bauer, *L'Agonie d'un Monde*.

(2) Daniel Rops, *Les Années Tournantes*.

De resto, as revoluções económicas são por assim dizer toda a historia da terra. Mudam as latitudes e meios de combate; as causas e os fins são sempre os mesmos. Paul Morand escreveu um dia, quasi distraí-damente, levado pelo gosto sintético do seu estilo literário, que, para ter alguma coisa que trincar, o homem matava e a mulher se envilecia. Ora, o gérmen das batalhas económicas parece não estar muito longe deste aforisma. Desde a antiguidade aos nossos dias, com as suas lutas e pelejas; os movimentos dos séculos XVI e XVII, o progresso industrial do século XIX e, na época actual, os seus três flagelos insuperaveis—super-produção, inflação, *chômage*, tudo se confina, afinal, dentro das mesmas razões dramáticas e influência vertical do Económico.

bibRIA

O remedio da racio- nalização

A nossa época, porém, saturada de espírito científico, recorre a um armamento técnico para ganhar a batalha. Em 1924, a Alemanha lança o sistema da racionalização (*rationalisierung*), que foi, poderá dizer-se, como que o prefácio antecipado do famoso Plano Quinquenal soviético, concebido, como se sabe, em 1928 ou seja quatro anos depois.

A reforma alemã do estado económico preconizava, com efeito, uma organização científica do trabalho e a aplicação de métodos técnicos tendentes a assegurar um mínimo de perdas do esforço manual, métodos estes

que foram mais tarde empregados, como principios fundamentais, na tão discutida concepção de Staline.

A Conferência Económica de Génova de 1926 discutiu, impressionada com a novidade, o plano alemão. E foi desta reunião que o termo «racionalização» saíu definitivamente consagrado e aceite pela linguagem internacional, podendo definir-se como representando um método pelo qual, no campo da actividade industrial, se obtém um resultado *máximo* à custa dum esforço *mínimo*.

Tal sistema não era, no entanto, mais que uma solução natural de certos problemas que se vinham apresentando no campo económico e para os quais se procuravam medidas correspondentes. Como todos os fenómenos sociais, tem, pois, os seus antecedentes. Não será supérfluo históriá-los.

Estava-se na Alemanha do *après-guerre*. Por razões faceis de deduzir, a capacidade produtiva deste país encontrava-se reduzida a um coeficiente quasi nulo. Além das dificuldades de ordem social e política, a situação negativa da industria, agravada por um problema calamitoso de salarios, fazia baixar a uma posição de marasmo o rendimento económico da nação. Daqui as medidas de regulamentação das industrias pelo Estado a fim de provêr à sua reorganização, e, conseqüentemente, o aparecimento de doutrinas e teóricos defendendo a aplicação de novos sistemas económicos. Dentro da batalha nova surgiram assim estes três nomes: Walter Rathenau, Moellendorf e Wissel.

O esforço destes três chefes de equipe consistiu

em preconizar a *concentração horisontal* das empresas industriais da mesma natureza e tipo a fim de, por este meio, regular ou mesmo regulamentar a produção e suprimir as perdas inúteis de material, colocando assim toda a produção sob uma aplicação de princípios e métodos essencialmente *racionais*. Com este sistema o Estado apareceu assim a fiscalizar toda a vida económica do país, esforçando-se em assegurar a supremacia do interesse colectivo da nação sobre os apaixonados interesses individuais.

Convém notar que, partindo do interesse capitalista do Estado, os preconizadores de tal sistema pondo este em execução vinham ao encontro dos interesses dos seus inimigos socialistas, os quais, por seu lado, esperando desde a revolução de Novembro poderem outorgar ao colectivismo os privilégios da produção capitalista individual, viam com gáudio realizarem-se as suas reivindicações através do plano racional que lhes era oferecido.

Isto explica, por outro lado, a razão por que de 1918 a 1920 este sistema de *racionalização* foi chamado também de *socialização*.

Fácil será, no entanto, conceber que este processo de racionalização socializada não poderia encontrar fácil simpatia entre a classe patronal, visto que a base do novo sistema consistia em que este se realizasse não sómente fóra da acção patronal mas, pior ainda, contra ela. Logo, foram os patrões que, pela aspereza do combate movido contra tal sistema e a despeito do projecto de lei do ano de 1919, destinado a socializar as

indústrias do carvão, potassa e electricidade, dificultaram a sua execução. (1)

Ao mesmo tempo o poder capitalista da Alemanha começava a readquirir a sua enorme capacidade reguladora. Os ganhos comerciais provocados pela Guerra, as próprias indemnizações interiores pagas pelo governo alemão e as enormes somas resultantes da aquisição, efectuada por trusts estrangeiros, das fábricas situadas sobre as parcelas do território cedido pela Alemanha em obediência à política imposta pelos vencedores, todas estas circunstancias correspondiam a operações de bolsa que, durante meses, drenaram somas enormes de ouro para os cofres da Alemanha capitalista. Por outro lado, o enfraquecimento político da velha autoridade do Imperio, as manifestações revolucionárias que sacudiam as nacionalidades de Oriente para Ocidente e que, de dia para dia, mais fundo se infiltravam nas largas brechas do edificio europeu, a incapacidade dos dirigentes e o descorajamento moral em certos sectores das massas, levaram a nação a voltar-se, num apelo ansioso, para os grandes chefes da industria e manipuladores do capital. E estes, sem mais delongas, souberam aproveitar-se deste apóio tirando d'ele a maior soma de beneficios em proveito duma nova realidade económica da mesma nação.

(1) «A economia capitalista tinha por seu lado não sómente o capital mas ainda os intellectuais, os técnicos, os talentos organizadores e comerciais. Numa palavra, ela teve consigo a força da sua experiência que, por si só, era sufficiente, ao passo que o proletariado apenas podia opôr-lhe o peso das suas massas».

Moeller van den Bruck, *Le Troisième Reich*.

O tratado de Versailles, estatuído a doutrina do vencedor, tinha reduzido a riqueza nacional. O território agrícola tinha perdido 13,3 da sua extensão, com o respectivo apetrechamento natural das suas minas de carvão, ferro e potassa. A carta geográfica do Imperio apresentava sensíveis mutilações... Os tributos oneravam o peso das responsabilidades. A vida não era fácil.

Desta sorte, os tempos eram máus para qualquer experiência socialista. Muito ao contrario, havia mesmo que recorrer a um sistema de força capaz de restabelecer o equilibrio moral e comunicar o máximo de vitalidade ao organismo económico e depauperado da nação.

Surge então um novo animador. Chama-se Hugo Stinnes. Traz consigo o método chamado de *concentração vertical*. Com efeito, o novo sistema possuía uma configuração teóricamente vertical. Para definí-lo, imagine-se uma linha que, partindo do alto, unia numa só direcção administrativa todas as fábricas em que, sucessivamente, fosse trabalhado um determinado produto desde a materia prima até ao seu completo acabamento.

Era engenhoso e apresentava-se como destinado a um largo sucesso. Com este novo sistema evitavam-se os inconvenientes da industria de cartel. Os produtos eram protegidos contra os erros e deficiências de fabricação, motivados pela incapacidade técnica das pequenas empresas; evitava-se o desperdício de forças e de valores mecânicos; assegurava-se a continuidade e, por meio desta, o aperfeiçoamento da produção; reduziam-se as despesas, encurtavam-se os impostos, e tudo isto, proclamando um triunfo certo sobre todos os

sistemas aplicados até então, era, para mais, um passo dado no caminho da reorganização económica do país. Os *Konzerns* ou consórcios industriais foram, durante dois a três anos, a poderosa aplicação da novíssima fórmula da organização racional da produção.

Não foi longo o período da sua duração. Surgiram falhas, deficiências. E mais uma vez se procurou um sistema novo de produção industrial.

Nestes mesmos anos de 1920 a 1923, a indústria alemã, embora acelerada, não deixava de mover-se dentro dum ritmo falso, artificioso, coberta pela potencialidade perigosa da inflação monetária.

A queda brusca do marco e a situação desesperada da vida da nação despertaram entre os grandes industriais do Império o desejo de tentar uma nova experiência. Concebeu-se a ideia do regresso à grande actividade industrial, aos métodos da produção-monstro, como único instrumento capaz de debelar a crise. Um memorandum dirigido ao Chanceler, em fevereiro de 1923, e assinado por trinta e três industriais, declarava encontrar neste programa um meio seguro de levar o marco a transpôr todos os «cordões aduaneiros».

Ainda desta vez a expectativa foi coroada de bom exito. A Europa, estupefacta, viu surgir das ruínas uma Alemanha de novo agitada pela febre da produção em grande escala. O monstro comercial começava a projectar, não sem ironia, a sombra da linha interminável das suas mercadorias sobre os cais dos países da Vitoria... Mas tudo foi vertigem. Efémero triunfo. Uma especie de loucura invadiu o capitalismo industrial levando este

a dar o máximo do seu rendimento dentro da produção mecânica em que se applicava. E a halucinação terminou em crise, que se desencadeou como um vendaval inclemente levando diante de si, desmantelados, todas as teorias, todos os sistemas e construções engenhosas dos técnicos da reconstrução económica. O episódio da Ruhr foi o golpe final. Por outro lado, o fenómeno da inflação, atingindo a saturação, realizava a sua obra. O marco entrava na agonia.

Impunha-se, por conseguinte, uma reforma cuidada e reflectida de todos os sistemas especulativos, uma reforma elaborada longe das paixões argentárias ou das concorrências de fervor nacionalista. Esta reforma realizou-se sob o imperativo dum zelo e rigor extraordinários. Regressaram à Alemanha os capitais retidos no estrangeiro. Fez-se um empréstimo com os Estados Unidos. O bom senso entrou, finalmente, de governar a economia e as finanças do Reich.

Estava-se no fim de 1924. Foi neste momento que a palavra *Rationalisierung* foi lançada na Europa, entrando desde então no vocabulário da tecnologia económica das nações.

Este sistema da racionalização teve, pois, a sua voga, foi um sistema que fez carreira sem, com-tudo, solucionar nenhum dos graves problemas que o provocaram. A Europa, recebendo-o como um remédio das mãos das Alemanha, embora o empregasse com entusiasmo, não conseguiu tão pouco ganhar a batalha.

A entrada em vigor da lei do Banco de Emissão, prevista pelo Plano Dawes, pôs termo à agonia do marco, estabilizando-o. Mas o desastre da Austria e Hungria, o fracasso do sistema Janssen, na Bélgica, a baixa da libra e do franco e, recentemente, a «glissade» imprevista do dollar, heróicamente amparada pela barricada rooselveteana da Águia Azul, servem para mostrar que a saúde, já não só da Europa mas do mundo, longe de se encontrar próxima do equilíbrio, permanece em pleno estado de crise.

Fracassados os diversos sistemas e métodos de salvação económica, onde encontrar o plano de novas experiências? Santo Agostinho criou o Estado-Deus, Wells preconizou o Estado-Humanidade, Briand o Estado-Europa e Moscovo situou o Estado no Indivíduo. Se o primeiro se confinava na pureza mística do espiritual, o último, num erro filosófico condenável, busca para centro das suas aspirações o materialismo histórico do homem. O homem, fóra de Deus, buscará incessantemente novas experiências.

E, no fim de contas, para que buscar no económico as razões da crise? Não é o económico uma função do espírito? Crise, sim, mas da propria alma do homem e do seu universo temporal.

Entre o grupo de ensaístas e agitadores de ideias que, em França, se preocupam com os problemas políticos, Gaston Riou é, ao lado de Drieu la Rochelle e Da-

**A organi-
zação da
Europa**

niel Rops, um dos polemistas mais ardorosos e convictos. Interessado, por suas afeições mentais, na «organização da Europa» segundo o plano de Briand, este escritor, nas primeiras páginas do segundo volume que dedica à defesa deste problema (*S'unir ou mourir*) apoia o encómio da sua doutrina sobre os três pontos seguintes:

«1.º Se a Europa não se constitúe, económicamente, seja em união aduaneira europeia, seja em sindicato europeu de produção, está destinada a empobrecer-se e reduzir-se a terra colonizada.

«2.º Se a Europa não se contitúe, politicamente, numa união federativa europeia, tornar-se-há dentro de pouco tempo em vassalo de um dos três blocos brancos unificados (sendo estes três blocos, o russo, o britânico e o americano).

«3.º Uma vez empobrecida e avassalada, a Europa perderá depressa o seu domínio civilizador e, com ela, toda a raça branca.»

Seria longo historiar aqui, em toda a sua evolução e acidentes, o projecto que de 1929 a 1931 conseguiu alterar o silêncio das chancelarias europeias e concitar em torno de si o interesse de tantas inteligências precipitadas ou desprevenidas. A dar-lhe foros de «problema do dia», apareceu, como intérprete do messianismo político que a mesma ideia parecia conter, a figura representativa de Briand, apóstolo de crença fácil, menos feliz nos seus vaticínios que nas alegorias da sua oratória fogosa. Ligado à Europa por tantas razões de ordem política e diplomática, consultor jurídico da paz euro-

peia junto da assembleia da Sociedade das Nações— como poderia chamar-se-lhe—, foi, no entanto, o verboso radical de Cauterets o homem que mais se enganou sobre os destinos da Europa e dos seus chefes de equipe. Isto não impediu que as nações deixassem de conceder à iniciativa de Briand as melhores atenções, o que se explica se recordarmos que tal iniciativa era tomada precisamente num momento em que um ataque violento do capitalismo americano exercia uma pressão flageladora sobre a economia da Europa. O principio da *união aduaneira*, procedendo o principio *político* da *federação*, ocorria, por conseguinte, como por um instinto de defesa nacionalista. E, assim, circunscrito a razões de pura estratégia, Briand tinha talvez razão...

No dia 1.º de Maio de 1930, Briand dirige aos vinte e seis governos europeus, membros da Sociedade das Nações, o conhecido Memorandum àcerca da *organização dum regime de união federal europeia*, especie de carta da futura organização da Europa, estatuída em nove divisões principais, assim epigrafadas: *economia geral, apetrechamento económico, comunicações e trânsito, finanças, trabalho, higiene, cooperação intelectual, relações interparlamentares, administração*.

Em 8 de Setembro seguinte, as delegações europeias com assento em Genebra escutavam, através do discurso de Briand, as respostas dos respectivos governos ao Memorandum da União Europeia. Entre a adesão calorosa de uns e a formal oposição mal dissi-

mulada de outros, a massa geral dos oradores que, durante as sessões que se seguiram, entraram no debate mais ou menos interessado do pacto em perspectiva, não conseguiu outorgar à famosa iniciativa do presidente de conselho francês nada mais que um magro apoio, cheio de reticências e cautelas, para que a mesma não fôsse além dum belo programa e nada mais.

E assim sucumbiu esta nova tentativa, em grande escala, para salvar a Europa. Os quatorze pontos de Wilson e a sua política de cooperação, predicada anos antes junto dos fundamentos da Sociedade das Nações, pareciam ter caído em campo de máu fruto. Nem «cooperação», nem «união», nem «estados-unidos». A Europa continuaria entregue ao seu destino proprio. Logo, a Paz continuou seguindo «desorganizada». Mas não foi o individualista Adam Smith quem proclamou que as nações podem suportar numerosas ruínas?

A opinião do interior da Sociedade das Nações, não incluindo a Suíça, que lhe retirou a simpatia, não se resolveu, porém, a aceitar com agrado o fracasso do projecto de Briand. Ao mesmo tempo, as proprias causas que desmontaram o triunfo desta mesma iniciativa criavam, nos corredores das chancelarias, uma atmosfera carregada de preságios e desconfianças. As comissões de estudo, os comités económicos e os organismos consultivos começaram por isso mesmo a multiplicar-se formando como que um estado-maior do pensamento de Genebra, de maneira a assegurar, por meio da sua poderosa máquina burocrática, a cooperação económica das nações. Além do perigo *interior*, o perigo america-

no (1) tornava-se uma ameaça permanente, contra a qual os interesses da alta banca europeia se increspavam com violência. Henry de Jouvenel, discorrendo sobre tão momentoso problema, exprimia-se com clareza: «Não há que duvidar de que a América se ocupa em reconstruir a Europa. E fá-lo, de-certo, sobre o modelo americano, acrescido dos retoques inspirados por hábitos diferentes e sob a influência duma acentuada tradução nacional. Torna-se, pois, necessario—impondo-se mesmo como sendo o nosso problema principal desde a liquidação da guerra—encontrar um meio de conciliar a política sentimental das nacionalidades, que tem por si a tradição histórica, com a solidariedade dos interesses financeiros e económicos europeus; é preciso instituir a colaboração económica entre as nações, guardando cada uma a sua independência, como o vai ser a colaboração financeira pelo Banco de Pagamentos Internacionais» (2). Genebra tinha, evidentemente, razão para preparar as suas guardas avançadas.

O período que sucedeu à guerra, e que, tanto pela insegurança política como pelo desmoronamento económico da Europa, tem sido preenchido com programas tendentes a criar um instrumento internacional capaz de proteger as nações contra todas as tentativas de agressão militar ou aduaneira, pode dividir-se em duas partes distintas. A primeira, compreende a fase que vai desde o Tratado de Versailles ao projecto da União Euro-

(1) Lucien Romier expunha o problema no simples título dum livro que fez época: *Qui sera le maître, Europe ou Amérique?*

(2) Max Frantel, jornal *Comoedia*, Paris.

peia e é constituída pelos seguintes actos de segurança:

- a) pacto da Sociedade das Nações;
- b) projecto do Tratado de Assistência Mútua;
- c) protocolo de Genebra;
- d) acordos de Locarno:
 - 1. tratado entre a Alemanha, Bélgica, França, Grã Bretanha e Itália;
 - 2. tratado entre a França e a Polónia;
 - 3. tratado entre a França e a Checoslováquia;
 - 4. convenção de arbitragem entre a Alemanha e a Bélgica;
 - 5. convenção de arbitragem entre a Alemanha e a França;
 - 6. convenção de arbitragem entre a Alemanha e a Polónia;
 - 7. convenção de arbitragem entre a Alemanha e a Checoslováquia;
 - 8. nota colectiva à Alemanha relativamente ao art. 16.º do pacto da Sociedade das Nações;
- e) pacto Briand-Kellog colocando a guerra «fóra da lei».

Ainda fóra do quadro da Sociedade das Nações, alguns esforços foram realizados no sentido de tornar efectiva uma solidariedade de vistas no domínio naval.

Exemplo:

Conferência de Washington;

Conferência Coolidge;

Conferência de Londres.

Todas estas conferências, porém, tiveram que en-

cerrar-se sem vêr realizados nenhum dos seus principais objectivos.

Esta primeira fase foi, como se vê, a época dos pactos, tratados e convenções. Reconhecidas as irremediáveis lacunas e deficiências do estatuto de Versailles, as nações deram-se prêssa em buscar instrumentos técnicos de segurança capaz de remendar um edifício que, destinado a fortalecer a paz, se apresentava, no entanto, tão mal construído.

A segunda parte daquele período começa com o fracasso da União Europeia e vem até ao momento actual. Não tendo vingado o projecto de Briand, que se afigurava como o mais sólido edifício de paz europeia e do mundo, e reconhecendo-se igualmente a pouca eficiência das soluções juristas empregadas no primeiro período, um único—senão o último—sistema de garantia, o Desarmamento, é colocado no primeiro plano das preocupações políticas. Já na sessão de 2 de fevereiro de 1930 o presidente Arthur Henderson havia encontrado esta fórmula para resolver o problema: «União europeia ou desarmamento». Não tendo prevalecido a primeira, deitou-se mão ao segundo.

As realidades «nacionalistas» do tempo presente têm, porém, mostrado que o problema da Paz, colocado pelo democratismo de Genebra sob a dependência do sistema rígido do Desarmamento, é mais uma daquelas ilusões wilsonianas do aparelho burocrático do Lago Lemman. A inquietação da Europa, cada dia mais justificada e crescente, requiere para seu apasigúamento uma mobilização de forças morais e espirituais que as

conferências técnicas não estão aptas a fornecer-lhe. De outro modo, o facto de se pretender apoiar a solução daquele problema em retirar aos Estados os meios com que êles realizarão a sua defesa desde que se declare o acto «internacional» que todos eles receiam, e considerando que esse mesmo acto não pode ser previsto, impedido ou regulado por qualquer medida dependente de resoluções estabelecidas, tal facto não poderá deixar de ser considerado sem algo de ingenuamente paradoxal.

Este conceito não estava de-certo longe das preocupações políticas do Duce logo que este estabeleceu a ideia do Pacto a Quatro entre as quatro potências ocidentais—Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Embora o artigo 3.º deste pacto, que se diz de «colaboração e aliança», estabeleça que as partes contraentes do mesmo se obrigam a empregar todos os esforços a fim de assegurar o sucesso da Conferência do Desarmamento, a sua doutrina constitúe um retorno ao sistema de alianças e actos de cooperação entre os Estados, empregado pelas potências até ao projecto de Briand, o que significa, dentro de certos limites, a anulação completa, sob a responsabilidade dos sinatarios do pacto, da eficiência do sistema do Desarmamento como instrumento internacional da paz europeia.

Os seguintes períodos marcam os objectivos do Pacto a Quatro: «O Governo Italiano visou a criar uma nova atmosfera política, na qual cada questão de ordem política e económica, à medida que se apresentem para o desenvolvimento natural dos acontecimentos, possa

ser examinada sem preconceitos e encontrar uma solução, segundo a sua substância, para o interesse de todos. O Governo Fascista encontrou nos outros governos compreensão e correlação para a conclusão das negociações. Ele não ignora as dificuldades que existem actualmente na Europa, no campo político e económico, e mede o valor duma política sincera de colaboração não sómente no efeito produzido pela propria solução, mas pelo inevitavel aumento progressivo destas dificuldades no caso em que semelhante política de colaboração não fosse efectuada (1).

Em resumo, à falta dum ambiente moral e político em que possa fundar a sua segurança, ou, para melhor, a sua existência, a Europa, apesar de todos os esforços técnicos e jurídicos que, depois da guerra, se têm movido em seu auxilio, continúa entregue, simplesmente, às contingências da fatalidade histórica das civilizações.

O rumo dos povos da Europa parece caminhar paralelo ao desenvolvimento consciente do «trágico» de cada nação (2). Dois acontecimentos de larga significação política atestam com eloquência a angustiosa justesa deste conceito: o primeiro, datado de 14 de Outubro de 1933, refere-se à saída da Alemanha da Sociedade das Nações e Conferência do Desarmamen-

(1) Mussolini, discurso pronunciado no Senado de Itália em 7 de Junho de 1933.

(2) No juízo mental de certas camadas activas alemãs, a França é justamente acusada de ser um país «sem trágico», isto é, estático, conformista, avesso à mobilidade e às transformações heróicas.

Citado por Robert Francis, Thierre Maulnier e Jean-Pierre Maxence na «enquête» política—*Demain la France*.

to; o segundo, relativamente recente, seja de 15 de Setembro de 1934, é determinado pela admissão da Rússia dentro da mesma Assembleia (1).

¿Onde vai a Europa?

Em véspe- ras de ca- tástrofe?

Este inventário rápido acusa, como se vê, a desordem do homem e dos seus problemas exteriores. Colocado entre duas fronteiras desiguais—americanismo e asiatismo—o europeu tem forçosamente que opôr reacções de ordem moral e mental a estes dois polos de atracção. E, além deste contacto, o adestramento psicológico transmitido pelas culturas, extintas ou presentes, do continente em que vive, e propenso à análise, leva-o a reconhecer o desacordo permanente entre as suas possibilidades e as relações estabelecidas entre o seu destino e o mundo. Crise portanto de inadaptação e de revolta constante, tanto por parte das massas como das camadas superiores dentro das suas exigências indivi-

(1) A entrada da Rússia na Assembleia da S. D. N. foi aceite por todos os delegados das potências com assento em Genebra, à excepção dos representantes de Portugal, Países-Baixos e Suíça, que votaram contra.

A atitude de Portugal, marcada duma altiva independência, encontrou na palavra eloquente e patriótica do considerado jurista europeu e Ministro dos Negocios Estrangeiros, sr. dr. J. Caeiro da Mata, esta réplica, que é uma síntese vibrante da Nova Epoca lusa:—*O voto de Portugal será uma afirmação de princípios duma potência orgulhosa da sua existência multi-secular, do seu vasto imperio colonial e da sua situação económica e financeira.*

duais. Como reflexo directo deste estado do homem perante a vida, vem, pois, a perturbação do continente e da sua civilização.

O espectáculo da Europa procede assim duma ansia de renovação que, vencendo aquilo a que Spengler chama o *medo geral de realidade*, ainda nos casos de maior violência é sempre uma obra do espírito. Pois não é apenas graças a êle que o homem poderá sêr dotado duma visão nova do mundo?

Tudo se desmorona, ideias, regimes e nacionalidades. Corrige-se a fisionomia democrática do século XIX e renasce a ideia do Imperio, trazida do Oriente por Alexandre da Macedónia. Tentam-se experiências que aturdem, abandonam-se dogmas que pareciam imutáveis. Abrem-se trincheiras, perfuram-se de aço os recônditos do solo e o proprio espaço azul é erigido de sentinelas. O enigma das noites é auscultado com pavor. As portas da Asia, prepara-se com raiva e com arte um grande incêndio; sobre o Mediterraneo debruçam-se espantosas interrogações; do Atlântico ao Pacífico projectam-se sombras que tanto podem seduzir como amedrontar.

Ao mesmo tempo, a filosofia especula activamente no refólho dramático da alma das multidões, onde só encontra conflitos. Spengler, Bergson e Keyserling discutem e verificam sem concluir (Krupp parece interpretar melhor que êles o sentido obscuro da consciência do seu tempo...). Papini organiza um «dossier» dilacerante contra o homem a quem acusa de *selvatico*. Asvero Gravelli arma o seu grupo de lictores aos gritos nacionalistas de *Antieuropa!* Valéry lança uma definição

através da peculiar concisão metálica do seu estilo: «A Europa faz-me pensar num objecto que se encontrasse bruscamente transportado a um espaço mais complexo e onde todos os caracteres que lhe são próprios, e que continuam aparentemente sendo os mesmos, fôssem submetidos a *ligações* inteiramente diferentes, resultando daqui o tornarem-se mais que nunca inúteis tanto os cálculos tradicionais como as previsões que, sobre os mesmos, se pudessem formular em particular» (1).

Viver é quasi uma função inorgânica, standardizada; a vida um produto racionalizado, um valor de contabilidade, inscrito na ordem económica e na tabelas da bolsa, o que explica a frase de Pierre Lyautey quando este escreve que «uma mentalidade de campo-de-corridas vai ganhando o mundo» (2). Dominar, sobrepujar, atingir o mais alto e o mais teatral — eis o fim arbitrário da tarefa. Daqui, também, a facilidade do desastre. Um erro de cálculo, uma ruptura de equilibrio e tudo se precipitará no abismo! Por isso a vida é cada vez mais intensa e mais curta. Loewenstein atira-se do alto do seu avião, Kreuger queima os miolos com uma bala, Oustric entra elegantemente na cadeia, madame Hanau arrasta comsigo, da sala do tribunal aos calabouços da polícia, uma equipe de colaboradores famosos; Insull foge aos agentes da lei, e, finalmente, a vila sangrenta de Chamonix, tal como outrora os sarcófagos reais ou as colinas gregas recebendo o corpo dos herois, conquista a posteridade através do nome ruidoso de Stavisky.

(1) Paul Valéry, *Regards sur le Monde Actuel*.

(2) Pierre Lyautey, *La Bataille Economique*.

Acompanhando lado a lado este instinto insolente de viver, um sentimento trágico, mixto de epopeia e carnificina, toma uma forma cada dia mais extensa e feroz na consciência do homem. Dir-se-ia que a alma moderna, saída da carnagem da guerra, tem no fundo um sabor a sangue que lhe dá o gosto da tragédia. Por isso todo o potente apetrechamento científico de que a civilização europeia dispõe, se obstina, dentro dos recursos actuais, a criar elementos de segura eficácia, destinados a servir a obra de morte que se prepara. No segredo das grandes fábricas, à beira dos mares, na sombra negra das florestas, através do mistério dos laboratorios e gabinetes técnicos, no isolamento dos campos de experiências militares, em toda a parte, enfim, o homem trabalha activamente contra o homem, excitado pela embriaguês satânica duma tarefa em que a Vitória lhe aparece como o único fruto a colher. As últimas descobertas e aperfeiçoamentos técnicos, no domínio do material de ataque das nações, dão bem a medida dos acontecimentos que se preparam e das novas perspectivas dentro das quais os mesmos se desenrolarão. Uma pequena lista, organizada sem preocupações de totalidade, estabelece facilmente a importancia:

- a) o avião-torpedo
- b) o foguete estratosférico
- c) a bala Halger-ultra (1)
- d) a bala-hélice

(1) Velocidade de 1.700 metros por segundo, perfurando todas as chapas.

- e) o canhão rotativo de cinco bôcas (1)
- f) a granada a explosão líquida
- g) a metralhadora Stange (2)
- h) o tank-flexa
- i) o torpêdo da morte (3)
- j) o avião silencioso
- k) a bomba Elektron
- l) o canhão electrico
- m) o gás fosgénio
- n) a tetralina
- o) o gás detonante
- p) a «lepra-galopante» (4).

Isto sem querer falar dos numerosos preparados químicos e selecções microbianas que completam o moderno arsenal de ataque militar e que, conhecidos, uns, e guardados, outros, com cautelas sob a vigilância dos estados-maiores, sómente esperam a hora da sua terrível aplicação. A pólvora de combustão invisível, o gás de penetração intra-muscular, os obúses monstros e as novas possibilidades da estratosfera como campo militar da *Air Fleet*, correspondem ao projecto dum equipamento apocalíptico do homem, pronto a lançar-se na vertigem do mais sinistro e volumoso acontecimento da sua vida sobre a terra.

E esse acontecimento ¿em que consiste?

-
- (1) Mil tiros por minuto.
 - (2) 8 quilos de pêsso e 600 balas por minuto.
 - (3) Atinge sempre o alvo devido à sua condução ser dirigida por um homem colocado no interior do projectil.
 - (4) Derivado gazoso, duma toxidade extrema, reduzindo o corpo, ao cabo de poucos dias, a uma chaga gangrenosa.

Todos hesitam em referir-se a êle, num jogo de insinceridade que amedronta; ninguém ousa olhá-lo de frente, embora o seu espectro se assinale constantemente em todas as manifestações da vida europeia; negam-se as suas possibilidades e a sua configuração avoluma-se, por noções de ordem demasiado positiva, na consciência e nas meditações de todos. E no entanto o seu nome é de fácil pronúncia... Simplesmente isto: a Guerra!

Sir Basil Zaharoff, empresário internacional dos armamentos, refugiado no isolamento de aço do castelo de Balincourt, em França, poderia fornecer, a êste propósito, cifras bem mais elucidativas e concludentes que a letra dos tratados políticos e a oratória pouco varonil dos pacifistas exacerbados. Ninguém melhor que este grande Industrial-da-Morte saberia ilustrar as razões que, exactamente como aconteceu nos anos de 1913 e 1914, levaram os trusts construtores, *Vickers, Armstrongs, Skoda e Schneider*, a aumentar rapidamente, nos últimos meses, os seus capitais. Querendo documentar ainda melhor a sêca eloquência dos seus números, êle poderia replicar—e com que ameaçadora ironia!— à apostolização búdica da «paz europeia» dando a conhecer aos incáutos a fase de intensa laboração em que acabam de entrar os agrupamentos fabrís internacionais: *Rhein Metall, Waffenfabrik Solothurn, Hiram Maxim, United Aircraft Corporation e Krupp...*

A guerra, na verdade? Pois se ela «está ali...», como diz Ludendorff, para que dissimulá-la sob inúteis e falsas aparências? De resto, algumas nobres testemunhas do tempo presente, que assistem, dentro das patrias

a que pertencem, à marcha progressiva desse trágico determinismo político, não têm deixado de proclamar em depoimentos mais ou menos ruidosos a aproximação do inevitável cataclismo social. Vem, pois, a propósito documentar aqui esse grito-d'alarme internacional citando os principais livros que se lhe referem.

Em França:

Sous le casque d'acier (1)

Français, garde a vous! (2)

La fin d'un monde et le monde nouveau (3)

L'Allemagne toujours armée (4)

Na Alemanha:

La guerre mondiale est là (5)

La guerre est pour demain (6)

Luftkrieg, 1936 (7)

Germany, prepare for war (8)

Na Inglaterra:

Behind the smocke screen (9)

The navy and the next ward (10)

Em Itália:

La guerra dell'avvenire (11)

Probabili aspectti della guerra futura (12)

-
- (1) Maurice Laporte.
 - (2) Charles du Hemme e Hubert-Jacques.
 - (3) Louis de Launay.
 - (4) Paul Darcy.
 - (5) General Ludendorff, *tradução francesa*.
 - (6) Ludwig Bauer, *trad. francesa*.
 - (7) Major von Helden.
 - (8) Ewal Banse, *trad. inglesa*.
 - (9) General Groves.
 - (10) Acworth.
 - (11) Giovanni Cordara.
 - (12) Giulio Douhet.

Nos estados Unidos:

Quel caractère aurait une nouvelle guerre? (1)

Fica aqui, com esta lista, a expressão da próxima guerra, anunciada públicamente. Façamos alto. Deixemos aqui a Europa entregue à luta secreta dos seus odios violentos e rivalidades nacionais. O seu destino se cumprirá inexoravelmente, sem que contra êle nada possa erguer-se: nem a coragem, nem o mêdo dos homens.

Nenhuma profecia, nenhum vaticínio, nenhuma teoria inútil. Para quê? Melhor que todas as conjecturas e antecipações críticas, basta apenas evocar as últimas posições da política internacional, dadas pelo seguinte quadro:

a) A Alemanha abandona a S. D. N. (e, implicitamente, a Conferência do Desarmamento).

b) O fascismo italiano e o racismo germânico (entrevista de Veneza) formam um bloco político de tipo comum perante as nações da Europa.

c) Assassinato do chanceler austríaco Dollfuss. A Itália desloca a sua posição e afasta-se da Alemanha.

d) Nos limites da Asia, a União Soviética, sèriamente ameaçada pelo Japão, procura habilidosamente socorrer-se da colaboração das potências ocidentais. Estas, emocionadas perante a expansão vertiginosa do imperialismo nipónico, não hesitam em abrir à Russia as portas da Assembleia de Genebra.

Mas a certas potências, que deram o seu voto a favor, não escapa o desfecho lógico de tal acto e as van-

(1) Smith e Hass, *trad. francesa*.

tagens que daí poderão advir: a Rússia ficará na S. D. N. mas bem pode dizer-se que ficará sózinha, pois a S. D. N. não terá mais uma existência orgânica eficiente, e da mesma sorte padecerá a Conferência do Desarmamento.

e) A Polónia, não querendo ser vistoriada pela Rússia, esquece o seu sistema de alianças com a França e, seguindo o drama da sua vida histórica, aproxima-se dos seus inimigos de ontem e vai com eles estabelecer uma nova interrogação para a paz da Europa...

f) A Itália, a quem a queda de Genebra fortalecerá, firma a expansão do seu nacionalismo e prepara-se, como lhe compete, para desempenhar um papel de «grande potencia».

g) Por seu lado, a Alemanha, independente de alianças, recusando-se mesmo a entrar no Pacto de Este, elaborado pela França, inicia abertamente uma fase de grandes construções, de maneira a recuperar em breve a sua personalidade militar.

h) Finalmente, a Inglaterra, igualmente isenta das restrições que resultariam da manutenção estatual da Conferência do Desarmamento, tem o caminho livre para qualquer medida tendente a aumentar o seu poderio naval.

i) Quanto a França, lutando entre as sombras de Talleyrand e Briand, procura um Homem e uma Política. Que concluir?

O quadro é demasiado claro e significativo para que necessite que se lhe acrescente qualquer obscuro esclarecimento. Sobre êle, as palavras, lançadas por

Hindenburg nas páginas do seu testamento político, parecem adquirir o valor duma alegoria patética:

Quando eu voltar lá-acima, junto dos meus camaradas, com os quais combati, sobre tantos campos de batalha, pela grandeza e honra da nação, então chamarei a mim a geração moça para lhe dizer: «Mostrai que sois dignos dos vossos antepassados e não esquecei que, se quereis assegurar a paz e o bem-estar da vossa patria, deveis estar prontos a fazer todos os sacrifícios, tanto por esta paz como pela honra do país.»

Ao mesmo tempo que estas palavras eram solenemente tornadas públicas pela leitura feita do documento, um grito unisono respondia através do Reich:

-Heil Hitler!

Eis aqui a Europa...

biblioteca

bibRIA

NÓS,
LUSITANOS...
bibRIA

bibRIA

Indícios duma geração

Deante duma Europa desorganizada moral e politicamente, entregue à ferocidade dos elementos mais antagónicos que disputam o domínio abstracto da sua consciência política, parecendo alimentada por um sangue de conflitos e de vinganças, pronto a engendrar as maiores catástrofes, a geração do ocidente português deverá encontrar-se apta a desempenhar a árdua missão de ordem e disciplina espiritual que as circunstâncias parecem confiar-lhe (1).

Mas antes doutras quaisquer considerações, vejamos como determinar a presença dessa geração ou seja o procurarmos os indícios por meio dos quais ela se

(1) Os acontecimentos da Europa, precipitando-se com uma terrível precisão, parecem acompanhar passo a passo as discretas previsões deste estudo, dando-lhes uma actualidade que não é demais assinalar.

Dois dias após a redacção deste capítulo, o rei Alexandre da Iugoslávia e Louis Barthou, ministro dos Negocios Estrangeiros de França, caíam sobre o cais de Marselha, varados pelas balas dum Croata.

tenha afirmado dentro da época de que faz parte como substância integrante e ao mesmo tempo representativa dos seus valores sociais.

O inventário do homem português que atinge actualmente a idade de entrar nos quadros de comando da actividade nacional, é mais uma sucessão atormentada de estágios morais participando do desalento atónico e auto-pessimismo que uma manifestação salutar das ansiedades da vontade e suas correspondentes realizações heróicas no panorama da vida exterior. A escola interior de que procede, é uma escola de renúncia e de desespero mental, faltando-lhe aquela luminosa objectividade da acção e a conseqüente confiança no seu destino pessoal para que todo o detalhe dos seus actos se tivesse revestido do relêvo forte da sua existência e da sua paixão criadora. A geração que lhe corresponde não poderá ser, por conseguinte, uma geração nitidamente marcada e representativa.

Para que uma geração possa assinalar com a sua presença a época a que pertence, é indispensavel que ela concorra para o seu engrandecimento com um factor novo, seja este de que ordem fôr, o que, necessariamente, cria a obrigação de agir, e para agir sobre uma época, como deduz o alemão Günther Gründel, é preciso dominá-la moralmente e dentro duma função que está em proporção com a grandeza da mesma época. Ora, a geração portuguesa, desenrolando o seu conhecimento na atmosfera social saída da grande guerra, na qual ela não tomou parte activa e de que sofreu as perturbações económicas e morais, não pôde por si mesmo

ou não teve tempo para realizar nenhuma dessas fortes explosões de alma que levam ao cometimento de actos grandes e heróicos ou mesmo de actos perigosos. Os que foram à guerra e que aí recolheram os poderosos ensinamentos da transformação do mundo que êles próprios, pelo seu acto, realizavam, não puderam exercer, cerrados na disciplina das armas, e como sucedeu entre as gerações de todos os países combatentes, o mandato de renovação que a sua experiência lhes impunha.

O ciclo de vida utilitária em que se entrou e o neopaganismo especulativo que se apoderou do homem, numa desforra mecânica do instinto, encontraram, por conseguinte, a geração portuguesa desprevenida e incauta, sem armas nem aptidões morais para que pudesse aproveitar-se e gosar dos rescaldos triunfais do grande incêndio. E, assim, deslocada do seu tempo, obedecendo a uma consciência que não tinha já nenhuma relação com o presente, esta geração assistiu, incompreensiva e triste, ao festim que antecedia o advento duma nova civilização. A sua atitude dentro do seu tempo foi a duma testemunha anacrónica. A sua época passou, pois, sem que ela a tivesse compreendido. Daqui o haver passado a sua época sem que esta geração lhe tivesse legado nada de moralmente grande e imperecível.

Foi uma geração de marasmo, de indiferença e de negativismo. Quantas vezes, nas horas vivas da luta pela nacionalidade, contemplando a inércia dos rapazes dos meu tempo e escutando, exasperado, as suas mais penosas diatribes, eu sentia, ao mesmo tempo, ressoar dentro de mim a voz dos mortos a cujo fim assisti no fundo

obscuro das trincheiras, e essa voz era como que um imperativo de luta e de acção, contra o qual a protéria corrosiva dos indiferentes e comodistas se afigurava como um sacrilégio lançado insolentemente contra a santa abnegação do seu sacrificio heróico.

Sem fé e por conseguinte sem nenhuma doutrina defensavel, sem nenhum ideal político consciente, as suas características poderão definir-se por um descontentamento subversivo, mixto de tristeza moral e de revolta contra o meio social em que habitava, o que explica, em muitos pontos, os desvios e accidentes da vida nacional dos últimos quinze anos.

No plano mental, por reflexo directo daquelas mesmas circunstâncias, verificações análogas poderão colher-se. Por exemplo, na transformação moderna da ideia de Estado-Sociedade-Nação, possui Portugal uma cultura típica que corresponda eficazmente ao conceito político daquela transformação?

Mesmo aqueles autores que mais parecem sêr os condutores mentais da actual geração política, e representando, como tal, em face ao novo sistema moral da Nação, o aspecto-tipo da cultura nacionalista, são, sem quasi dar por isso, comentadores de ideias, em cuja formação intelectual os elementos mais representativos são todos de origem estrangeira. A sua cultura é caracteristicamente francesa que é, como se sabe, a cultura que, no conceito didactico da Europa, entroniza ainda, dentro de formas académicas, os principios liberais de 89...

Se procurarmos, pois, elementos de cultura capa-

zes de produzir uma civilização de tipo nacional, apta a representar sobre o plano da massa social da Nação esse conceito novo em que, pela sua transformação política, se apresenta a ideia moderna do Estado, ver-se-há que esses elementos estão a ser lançados, unicamente, a golpes fortes de bigorna, pela obra poderosa do Legislador (1).

Estas páginas não são, por conseguinte, dirigidas à geração que se encontra presentemente, atendendo ao seu certificado civil, apta a comandar, a qual, tendo fracassado no papel que lhe competia desempenhar na vida nacional, nada pôde ou soube realizar, limitando-se a receber as dádivas duma transformação política e moral do país que os quadros das armas lhe quiseram dar. Essa geração foi, por essa razão, puramente militar. Embora, como atrás foi dito, os que foram à guerra tivessem que manter-se cerrados na disciplina das armas, a lição da guerra não passou indiferente sob o seu sacrifício e assim foi que, portadores dos gérmenes biológicos dos novos tempos históricos, eles souberam impôr pelo unico esforço das suas equipes o resgate nacional do ano 26.

**Os «novos
-homens»**

(1) Salazar, construtor da nova civilização do ocidente europeu, soube definir o caracter dessa mesma cultura nestas três palavras, que são, em resumo, o emblema dinâmico da sua filosofia da vida:

— *Trabalhar, lutar, vencer.*

É a geração moça, àquela que fez o seu aparecimento já no declínio da crise e que procura, dentro da ordem nova, orientar os seus passos sobre um terreno onde os sulcos da transformação social são ainda vivos, que estas palavras vão endereçadas. Encontrando-se num mundo de formas novas, tanto na estética como na moral e na política, e deparando em volta de si com uma sociedade que è, decididamente, mais de ontem que de hoje, esta geração, para evitar de cair no isolamento e portanto na renúncia, tem de estabelecer desde já um contacto firme e declarado com os elementos dessa cultura, ao mesmo tempo europeia e nacional, a que o Legislador parece emprestar a melhor classe do seu pensamento criador. A linha, interrompida, do passado tem que alimentar-se sólidamente do presente e preparar com ele a vitalidade do futuro. O maior perigo duma época consiste na suspensão ou flutuação espiritual da geração que a representa, e é esse perigo que nós devemos evitar.

Mas esta mesma geração não recebeu, daquelas que mais de cêrca a precederam, nenhuma herança positiva de valores morais. A contínua cisão das «realidades», como fenómeno inerente à transformação do mundo depois da guerra, foi um obstáculo para a transmissão de qualquer patrimonio ético às gerações imediatas. Por sua vez, a revolução nacional do ano 26 quebrou todos os contactos com o passado que pudessem ainda subsistir, assegurando por esta forma um livre exame e revisão de consciência à época que se iniciava.

Esta geração apresenta-se assim tendo que assumir

não só a responsabilidade de todos os seus actos e atitudes, mas ainda a dos actos que se seguirão durante o periodo de que constar o ciclo social de que ela é o ponto de partida. Tal ciclo histórico terá que viver dos elementos com que esta mesma geração compuser a sua moral. Não é uma missão nem sem prestigio, nem sem gravidade. Se esta geração gosa do direito de poder livremente orientar as suas determinações interiores, assume ao mesmo tempo, em consequência desse mesmo direito, obrigações pesadas e decisivas.

Enquanto que as equipas revolucionárias da nova Europa parecem procurar, muitas vezes, dentro da luta a que se entregam, mais o gosto literario duma aventura moça que o cumprimento consciente duma missão politica obrigatoria, sendo facilitadas na sua tarefa pelos elementos sociais, intellectuais e politicos recebidos do país a que as mesmas pertencem, em Portugal esta missão é, ao mesmo tempo que mais consciente, desprovida de elementos análogos, que expliquem e imponham publicamente a sua dinâmica. O papel a desempenhar torna-se, assim, mais difficil e a responsabilidade que lhe é inerente recai mais directamente sobre o homem que sobre os símbolos colectivos que o mesmo represente. O destino do Estado apresenta-se, neste caso, dependente do destino da geração, da sua moral e da sua cultura, visto que está mais dependente do homem.

Ora, vem a propósito perguntar, de que mestres esta novíssima geração herdou a sua doutrina moral. E a resposta ocorre em seguida: de nenhuns. Não houve, com efeito, criadores da doutrina nacional, não hou-

ve uma escola de dirigentes, visto que a decadência social e política da primeira república não permitiu o seu aparecimento (1). Houve uma trégua da inteligência, já por si mais propensa ao divertimento fácil das abstrações que ao labor soturno das análises sociológicas e humanas. O exílio de uns e o conformismo «glorioso» de outros levaram os intelectuais à falta de coragem para se interessarem pela *coisa* política. A sua acção foi nula. Falharam assim no nobre papel que lhes competia realizar em face duma nação abalada na sua consciência histórica e desorientada perante os novos problemas que a mudança de regime vinha de implantar e para os quais havia que procurar soluções imediatas e de grave importância mental.

Os homens desta geração, surgindo exactamente num período de experiências e especulações objectivas, organizaram a sua mentalidade à custa dessas mesmas experiências e em contacto com todas as flutuações do pensamento, vendo por isso formar-se o seu conhecimento mais por um instinto pessoal da inteligência que por assimilação cultural. Fazendo a sua aprendizagem social em choque constante com as crises peculiares às formas da existência actual e também com as suas fas-

(1) Á obra cultural de Antonio Sardinha faltou aquele sopro heroico e força comunicativa que lhe permitiriam ter *prise* sobre a geração do seu tempo.

Carlos Malheiro Dias, que sentiu como ninguém a «crise» da mocidade lusitana, em cuja alma a maravilha do seu verbo racista poderia instalar a semente de todas as doutrinas e entusiasmos, embriagado na luz voluptuosa do Brasil, não pôde criar a escola política que se impunha. Isto não obsta, todavia, a que o consideremos como um dos mais nobres mestres do pensamento português contemporaneo.

cinações e catástrofes, estes homens, em parte desenraizados das tradições familiares e nacionais, mais livres, sistemáticos e *impessoais* que os das gerações anteriores, têm buscado um refúgio nas aplicações concretas da sua vitalidade, e assim é que, à semelhança do que sucede noutros meios «nacionais», descobriram, igualmente, os desportos, as viagens, o movimento. Os sentimentos são entre eles violentos. Todas as manifestações são ruidosas ou pretendem sê-lo. O ar das montanhas, a velocidade, as correrias no espaço são paixões novas a que o character se apegava com o prazer exuberante dos instintos primitivos. A electricidade e as psicologias parecem tender para as mesmas catástrofes transcendentais. Abrem-se olhos novos para o mundo novo que neles se reflecte, ingenuamente, delirantemente, sem a dôr provocada pela transformação duma civilização que se extingue e que esses olhos já não viram. Aparecem cultos novos: a Acção e o estétismo físico das coisas.

De todos estes elementos realistas que entram na composição da «nova» alma humana, podem extrair-se análises surpreendentes e opostas. E assim é que, enquanto uns pretendem que Bergson, com a sua filosofia da energia, criou um sistema de optimismo que, mesmo a distancia, longe dos contactos do Mestre, está alimentando a audácia aventureira das gerações actuais, mostrando estas como dirigidas filosoficamente em todos os impulsos do seu animalismo triunfal, o poeta austríaco Franz Werfel mostra-nos a falência do mundo exterior, abandonado pelo homem moderno que, de alma sequiosa de realidade, cria a «religião do corpo hu-

mano» como único alimento estético nas paisagens sêcas do radicalismo ambiente. O poeta determina por este modo a sua doutrina: «A alma do homem, enfraquecida e famélica, agarra-se ao objecto mais próximo — o corpo», tentando em seguida demonstrar, por meio de curiosos argumentos, que não deixam de ser igualmente pitorescos, que a cultura física, a que tão encarniçadamente se entregam as novas gerações, nada mais representa que uma aproximação *cordial* entre o homem e o seu ser corporal (1).

Mas estes homens, serão êles, com efeito, os portadores do facho do espírito novo que dominará as velhas idolatrias, vivificará as nascentes, estagnadas, da coragem e da fé e destronará a barberie científica e demolidora do nosso tempo? Para onde caminham? Colocados inesperadamente nos limites dum mundo de que parecem ignorar a origem e o sentido histórico, êles têm nas mãos, como num milagre potente, todas as forças novas que lhes advieram das ruínas do mundo que acaba de desaparecer e com as quais êles deverão construir o edificio moral da nova ordem do universo e preparar a architectura ética do homem que aparecerá em breve a usufruir os beneficios da civilização requintada que se prepara e da qual serão banidas, ousamos esperá-lo, estas duas prepotências anti-cristãs e anti-humanas: capitalismo e intelectualismo burgueses.

Não é sem razões que o chefe do fascismo inglês, *sir* Oswaldo Mosley, pressentindo o advento dos tempos novos, pronuncia as seguintes palavras, que valem

(1) Revista *Der Querschnitt*, Francfort.

como sínteses sociológicas: «A presente crise não é uma crise passageira mas sim o prelúdio duma nova Civilização. A nova geração sente como é grande o privilégio de viver num período decisivo da historia do mundo».

Este privilégio contém em si todos os elementos em que deverá basear-se a nova *personalidade humana* destes homens, oposta ao individualismo abstracto e ao mecanismo racionalista das concepções liberais. Entendamos por personalismo uma posição do homem contrária ao individualismo biologicamente social e politico. Este último é libertário e demolidor, enquanto que o primeiro é revolucionário e construtor.

O homem, na sua nova posição, terá que saber recuperar o sentido objetivo da sua personalidade, isto é — o ambiente da alma humana, dando a esta a primazia sobre todos os determinismos exteriores, a fim de desterrar do seu contacto todos os valores nocivos à sua natureza espiritual. O individualismo é, por seu lado, um valor fictício de certos sistemas científicos e económicos, a propósito dos quais Adam Müller, apesar de «romântico», foi um dos primeiros a assinalar o erro revindicando, na sua teoria do estado e da sociedade, os direitos do *capital espiritual* em proveito da *pessoa* como parcela concreta da entidade nacional.

Partindo da desordem do nosso tempo, com todas as suas lutas e injustiças, os seus dramas e paixões sociais—desordem que é a forma nascente dum mundo novo—, e onde o homem se tem afastado de si proprio, a civilização de amanhã terá exactamente que alienar tudo o que reste das velhas prerogativas do individua-

lismo social e afirmar, no plano da ordem universalista que se estabelecer, o domínio da *personalidade totalitária* ou seja do homem *real*, daquele em quem os actos menos dependentes do espírito sejam todos projectados *en dehors* pela presença *religiosa* do espírito.

Estes serão alguns dos privilégios concretos dos novos-homens.

Posições

Colocada desta maneira na nova ordem do Mundo, embalada no mito duma paz negativa e posta em frente duma época de interrogações e dúvidas (1), importa agora saber como a nova geração portuguesa determinará, dentro do seu caso nacional, a sua posição em face dos conflitos da Europa e as reacções ou estados de alma que deverá opôr-lhes.

Falemos claro. Seja de natureza militar e precipite a Europa numa grande catástrofe ou seja meramente de ordem política e provenha do atrito de ideologias sociais contrárias entre si, o que é certo é que Portugal não poderá deixar de considerar que para além das suas fronteiras está um grande acontecimento: a

(1) Notem-se, a propósito, os títulos de alguns livros e estudos documentais que pretendem interpretar a inquietação moral, política e estética da nossa época:

- *Qui sera le maître, Europe ou Amérique?*, Lucien Romier.
- *Genève ou Moscou*, Drieu La Rochelle.
- *New-York ou Moscou?*, Pierre Dominique, jornal *Minerva*, Paris.
- *Goethe oder Ford*, Franz Werfel, Francfort.

guerra. E esta convicção, que, sem relutância, deverá estar presente em todos os actos e decisões da vida do Estado, terá que incutir no ânimo das gerações destinadas a agir, um sentimento de vigilância e de aptidão capaz de as tornar uteis aos destinos da Patria desde que chegue a hora da experiência. Esta ideia, fecunda como um acto glorioso, servirá ainda para fazer a educação moral da coragem nacional pondo no fundo de cada alma uma dedada de sangue heróico a fim de que a noção humana do sacrificio seja, antes, um puro caminho de ansiedades e não um sentimento frio de repulsa.

De-certo que Portugal, a não querer traír o pesado e orgulhoso encargo das realidades nacionais, não poderá separar-se das graves responsabilidades que terá que exigir às gerações classificadas para a defesa. A extensão do seu territorio espalhado no mundo e em toda a parte obedecendo às mesmas leis da sua configuração espiritual unitária (1), já pelos interesses comuns que concorrem para a grandeza e permanência da propria personalidade nacional, já pelos atritos inevitaveis que esta mesma extensão está em condições de provocar desde que se manifestem na sua órbita interesses de nome contrário, obriga à organização duma vontade geral da nação, dentro duma moral forte e no ambiente dinâmico das promessas vitoriosas.

(1) Por que não mudar o nome de Ministério das Colónias em Ministério do Império ou simplesmente do Ultramar, terminando assim com uma locução que, em Portugal, mais que em nenhum outro país com dominios ultramarinos, não tem já sentido algum de propriedade e é, por demais, inoportuna?

Na síntese justa do Conde de Fels (1), crítico avisado dos movimentos políticos do nosso tempo, engrandecer-se ou diminuir-se é o dilema em que a paz europeia enclausura as nacionalidades. Poucas vezes a materia verbal da palavra conteve um tão vasto programa de acção e, simultâneamente, uma imagem tão viva do destino. Não se refutará sem dislate a veracidade impressionante deste dilema, em cujo dramatismo político poderemos surpreender as forças profundas da mística moderna dos Estados. Engrandecer-se ou diminuir-se, isto é—duas posições extremas, abstenção do transitorio, do dúbio e acomodaticio, tanto nos meios da acção como nos programas a realizar. O character da nossa época—que bela e criadora! —não comporta, com efeito, as longas esperas do pensamento burguês, as suas decisões lentas e cautelosas, a sua cobardia dissimulada e demolidora, seja perante as coisas, seja perante os homens e o espírito. Em política, sobre-tudo, o campo não admite hoje subterfugios nem ambigüidades: ou com Roma ou com Moscovo! A hora não é de deliciosas hesitações, mas sim de violentas e ásperas realizações. Em busca de quê? Em busca do destino do homem, da sua integração no estado de consciência do seu tempo e dentro da satisfação das suas necessidades morais. E o homem, como é sabido, não tem o gosto de «diminuir-se»...

A inquietação política e a luta das juventudes europeias não procedem mesmo doutras razões que não

(1) Comte de Fels, *Au lendemain de la Paix*.

sejam aquelas que lhes são impostas pelo desejo fecundo de engrandecer-se. Para não se condenarem a sofrer o domínio dos acontecimentos a que estão ligadas pelo seu destino, dentro do seu tempo, essas gerações preferem, antecipando a acção, dominar elas os acontecimentos e impôr-lhes o estilo plástico da sua moral violenta e do seu animalismo épico. Este impulso estridente, e nem sempre de resultados sociais compensadores, é, em última análise, uma transposição para o campo político do instinto de combate que reside permanentemente no homem e que, segundo a classificação áspera e acertada de Drieu La Rochelle, lhe é tão necessário e fecundo como o instinto sexual. É, por conseguinte, um instinto legítimo e eterno.

Os movimentos de tipo fascista das gerações nacionalistas da Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Áustria, Bélgica e, ultimamente, Espanha (1), representam a submissão a um conceito nacional do Estado dessas forças instintivas e imanes nesses mesmas gerações. Logo, uma dedução fácil a estabelecer:— que se as gera-

(1) A título documental, arquivam-se aqui algumas das proposições mais características entre os vinte e sete pontos do programa do *nacional sindicalismo* espanhol:

«1—Cremos na suprema realidade da Espanha. Fortalecê-la, elevá-la e engrandecê-la é a inadiável tarefa colectiva de todos os espanhóis. A realização desta tarefa terão que submeter-se inexoravelmente os interesses dos indivíduos, dos grupos e das classes.

«2—Espanha é uma unidade de destino no universal. Toda a conspiração contra essa unidade é repulsiva. Todo o separatismo é um crime que não perdoaremos.

A constituição vigente, ao mesmo tempo que incita às desagregações, atenta contra a unidade de destino de Espanha. Por isso exigimos a sua anulação fulminante.

«3—Temos vontade de Imperio. Afirmamos que a plenitude histó-

ções representativas doutros meios nacionais não organizam igualmente as suas forças criando um ideal de combate e de domínio nacional, o destino que as espera será o de *diminuírem-se*. E é esta reflexão que eu ofereço, como principal postulado deste discurso, aos Novos de Portugal.

A posição a determinar torna-se visivelmente urgente. A Europa, em choque com as suas três grandes concepções políticas do mundo — Democratismo, Fascismo, Comunismo —, suscita dia a dia novos problemas cuja solução ultrapassa as possibilidades do seu pacifismo eloquente. Os últimos dez anos da sua vida política, a despeito de todos os actos solénes e aparentes demonstrações de solidariedade internacional, têm sido acidulados por maiores odios e mais paixões destrutivas que os dispendidos nas batalhas da Grande Guerra. Não nos enganemos com o valor atribuído nas «notas oficiais» à rígida significação de certos vocábulos. A realidade é sempre na sombra que enclavinha as suas raízes. E é desta sombra que poderíamos extrair a lava

rica de Espanha é o Imperio.

Reclamamos para Espanha um posto proeminente na Europa. Não suportamos nem o isolamento internacional, nem a intervenção estrangeira.

A respeito dos países hispano-americanos, somos pela unificação de cultura, de interesses económicos e de poder. Espanha alega a sua condição de eixo espiritual do mundo hispânico como título de proeminência nas empresas universais.

«4—As nossas forças armadas—na terra, no mar e no ar—terão que ser tão capazes e numerosas quanto seja preciso para assegurar à Espanha, em todo o instante, a completa independência e a gerarquia mundial que lhe corresponde.

Reintegraremos o Exército de terra, mar e ar na dignidade pública que merece e faremos, à sua imagem, que um sentido militar da vida domine toda a existência espanhola.

e a angústia para o livro impressionante que poderia escrever-se à cerca do tormento moderno das nações, as quais condicionam a sua existência entre o dispêndio de forças que lhe é exigido pela manutenção da autoridade perante a revolta das massas e a luta trágica e secreta contra o perigo do exterior. Tinha, sem dúvida, razão o velho Proudhon ao afirmar que as nacionalidades democráticas que iriam constituir-se após os tratados de 1815, estavam destinadas a provocar, não a paz sonhada pela fraternal doutrina dos jacobinos, mas, bem ao contrario, uma ruptura de ordem que engendraria a agitação das eras futuras. Poderíamos acrescentar que, um século mais tarde, as novíssimas nacionalidades, organizadas em obediência às tábuas laicas de Genebra, viriam concluir a obra iniciada então, rematando galhardamente o flagelo europeu do pensamento político do século XIX.

Mas esse perigo do «exterior», além das manifestações já enunciadas, tem ainda uma forma que não é a menos ameaçadora e terrível: a revolta dos homens de côr. E talvez por que não se trata dum conflito com

«9—Concebemos a Espanha no económico como um gigantesco sindicato de produtores. Organizaremos corporativamente a sociedade espanhola, mediante um sistema de sindicatos verticais por ramos da produção, ao serviço da integridade económica nacional.

«10—Repudiamos o sistema capitalista, que menospreza as necessidades populares, deshumanisa a propriedade privada e aglomera os trabalhadores em massas informes, propícias à miséria e ao desespero.

«26—A Falange Espanhola das J. O. N. S. (Juntas Ofensivas do Nacional Sindicalismo) quer uma ordem nova, enunciada nos princípios anteriores. Para a implantar, em luta com a resistência da ordem vigente, aspira à revolução nacional.

Como estilo, preferirá o directo, ardente e combativo. A vida é uma disciplina e terá que viver-se num espírito acendrado de servir e de sacrificar-se».

ângulos vivos de evolução, fácil de ser apreciado no seu volume, cujo ataque contínuo e metódico se desenrola longe da percepção do grande público, o que é certo é que as sociedades europeias, visadas pelo ataque, são as que menos parecem prestar atenção ao desenvolvimento crescente do acontecimento. Com efeito, o maior perigo criado ao equilíbrio da civilização ocidental pelo marxismo de Moscovo consiste no incitamento com que este acompanha os movimentos rebeldes das raças amarelo-africanas contra a raça branca (1), precipitando-as numa luta, com foros de invasão bárbara, que serve caprichosamente os fins da sua política de odio social. A Asia e a Africa preparam assim o assalto à Europa. No extremo-orient, o Japão—a que poderia chamar-se potência europeia com alma asiática—faz um fogo de barragem contra os avanços da horda comunista. Quanto à Africa, a Europa terá que prepa-

(1) Além das resoluções tomadas no Congresso de Bruxelas de 1927 pelos dirigentes comunistas, convidando os operários de todas as cores a uma acção contra as nações brancas, sob o estandarte revolucionário unitário da Internacional Sindical Vermelha, a doutrina do *Programa da Internacional Comunista*, aprovado pela assembleia de 1 de Setembro de 1928 do VI Congresso Mundial, reunido em Moscovo, é bem elucidativa:

«Os partidos comunistas devem, nos países do imperialismo, vir sistematicamente em auxilio dos movimentos revolucionários das colónias. Devem reconhecer, sem hesitar, o direito de separação das colónias e preconizar esta aspiração, isto é, a independencia das colónias para com o Estado imperialista. Devem reconhecer o direito da defesa armada das colónias contra o imperialismo (direito à insurreição e à guerra revolucionária), preconizar e apoiar enérgicamente esta luta por todos os meios, lançar, espalhar e aplicar abertamente o *mot d'ordre* da revolução comunista agrária sublevando as grandes massas de nativos a fim de derubar o jugo dos proprietários territoriais.

«A Internacional Comunista opõe sem cessar à pratica da burguesia imperialista a da União Soviética, a qual tem sabido estabelecer relações fraternais entre os povos iguais em direitos».

rar-se a enfrentar o combate pois parece estar reservado a ser ali o campo em que se jogará a grande batalha do destino da raça branca, isto é, do seu próprio destino. São do general italiano Graziani, comandante das tropas da Tripolitânia, estas palavras incisivas: «É minha firme opinião que, antes de 1950, a sorte da África será definitivamente decidida; e, na realidade, a mesma coisa é que dizer a sorte da Europa, visto que a Potência que possuir a África, terá, necessariamente, a hegemonia do nosso Continente» (1).

Vemos, pois, que uma nova inquietação está às portas da Europa. Depois da revolução marxista de classes, a revolução de raças. A Lenine e Trotsky sucedem Gandhi e Jawaharlal Nehru, na Índia, Tchang Kai Chek, na China, o negro Marcus Garvey, na América, e o «príncipe» daomeano Kodjo-Tuvalú no oeste africano, sem querer falar do grupo de intelectuais revolucionários, saídos das universidades europeias de Paris e Oxford, que conduzem as juventudes nativistas ananimitas, javanesas e hindús. Como no cenário das grandes catástrofes bíblicas, os orientadores da nova invasão bárbara preparam as suas hordas, como os chefes doutrora, para a escalada da montanha onde a altura do pensamento e a claridade do espírito continuamente e límpidamente evocam Deus. E a revolução caminha, deixando atrás de si, para lá da colina, o rasto sangrento da sua halucinada ideologia. Desta maneira, o eixo da vida espiritual da Europa será irremediavelmente

(1) General Rodolfo Graziani, revista colonial *L'Oltremare*, Roma.

deslocado se um sistema combinado de forças morais não se opõe com energia a este jogo violento do invasor a fim de o deter na sua marcha e de assegurar às nações brancas as prerogativas e privilégios da ordem clássica. A Sorbonne e o Vaticano farão o resto: eles velarão pelo equilíbrio eterno da alma do Continente.

Verifica-se, portanto, que, seja na linha das fronteiras do território nacional ou seja nas fronteiras da civilização, onde a raça branca tem os seus limites, o ataque exterior contitúe um acontecimento da mais alta importancia tanto militar como social e moral. Por isso mesmo, no terreno político, todos os principios da autoridade deverão estatuir-se tendo em linha de conta a preparação do homem contra a decomposição e o ataque vindos de fóra e tendentes a fragmentar o «nacional», não no universal, mas a dissolvê-lo no anti-universal.

Pelo que diz respeito ao acontecimento de ordem militar, a sua próxima eclosão parece ter ficado atrás já suficientemente demonstrada. Não pode constituir uma atitude louvavel do espírito a negação sistemática desta perspectiva que, por ser *perigosa*, nem por isso perde o seu valor, tanto em nome como em volume. A guerra (1) tem podido ser afastada até hoje das realidades políticas da Europa apenas pelo medo em que as proprias nacionalidades, interessadas no acontecimento,

(1) - No seu discurso de Maio, o Duce dava-nos esta geneologia moral da guerra, na eloquente concisão do seu estilo pessoal:

«A historia nos ensina que a guerra é o fenómeno que acompanha o desenvolvimento da humanidade. Ela é talvez o destino trágico que pesa sobre a natureza humana. A guerra é para o homem o que a maternidade é para a mulher».

baseiam os destinos da vitória. Poderá, é certo, perguntar-se se as ruínas, as lágrimas, as atrocidades e as decepções do último conflito deixaram já de impressionar a memória dos homens para que se pense de novo, junto de feiras de tumulos significativos, em repetir o espectáculo terrificante de ontem. Há, porém, que considerar que a anulação da dôr pelo medo à dôr não é a característica do nosso tempo, o qual, por estranha que se nos afigure a formação da sua consciência, tem uma bizarra aptidão para os jogos de morte e de carnagem. Poder-se-há prolongar ainda a reflexão, analisá-la sob outro aspecto, e ver-se-há que precisamente a massa de homens destinada a entrar no novo «acontecimento», será constituída por gerações que, além de não possuírem nenhuma recordação visual ou moral da última guerra e, por conseguinte, do espectáculo das suas dôres, possuem, por outro lado, e para mais, o adestramento das lutas e insurreições sociais, as quais lhes têm permitido o familiarizarem-se de bom grado com todas as miserias e monstruosidades do *trágico* humano. Ao inverso de tantos raciocínios singularmente ingénuos ou deficientes, o homem moderno, atendendo aos choques contínuos da sua vida moral e física, é susceptível de tornar-se mais facilmente uma unidade perigosa de combate que o das épocas que o precederam. Com este homem existe—pense-se bem nisto—um novo universo político e uma nova alma moral.

Admitido o facto, ter-se-há em seguida que estabelecer uma doutrina adequada, e esta doutrina deverá procurar todos os seus elementos constitutivos nas

zonas tórridas do optimismo e da coragem. O homem, sendo o animal mais forte, é o que menos se serve da valentia e aquele que mais carece de incitações para exercê-la com eficacia. Explica-se desta maneira a auto-sugestão do heroismo; quando o homem se diverte a criar por si mesmo os perigos mais inesperados e halucinantes só para praticar, no momento da crise, a experiência da sua propria audácia, à qual ele se delicia em assistir mas na qual não acreditava ainda momentos antes da grande prova. No gosto moderno dos desportos, cuja linha rubra de vertigens corre paralela às catástrofes immediatas, encontrar-se-há, sem dificuldade, e colaborando nos casos mais típicos, este dispêndio tumultuoso de energia moral sub-consciente—como bem poderia designar-se. O esplendor do mundo—não o esqueçamos!—provém de certos actos de coragem, e a sua mais bela historia é a historia heróica do homem. Exorto ardentemente a Geração Portuguesa a que concorra com os seus actos para esta historia.

Ultimas palavras

Mas as posições da geração não passarão duma experiência sem propriedade nem futuro se, a par da sua attitude heróica, não houver a correlação intrínseca de uma attitude política a prolongar junto da personalidade da Nação a galhardia épica do seu entusiasmo viril. O homem moderno tem, necessariamente, que ser político. A sua acção é cada vez mais uma constante apli-

cação de forças que derivam do Estado ou tendem para o Estado. Como poderá êle, desta maneira, desinteressar-se da marcha ou da evolução duma força que condiciona a sua propria liberdade interior, produzindo directrizes morais cuja objectividade se encontra quasi sempre ligada a uma função pública?

Debalde gritam os chefes da ténocracia que o económico matou o político. Como no remanso dos séculos de Platão, o homem de hoje continúa a ser o «animal político» do filósofo—mas o único animal capaz de compreender a ordem e de saber inspirá-la aos seus contemporâneos. Deve, pois, considerar-se como errada aquela afirmação dos grandes empresários do materialismo económico e smitheano. Ao contrário, o político prevalece hoje mais que nunca em todas as manifestações e necessidades da vida moderna. Os benefícios da técnica e o seu realismo ostensivo nas formas complexas da existência actual? Mas o que é a técnica senão uma criação heróica da política?

As bases do programa doutrinario em que a geração deve firmar esta attitude política e estabelecer os seus princípios de combate a fim de definir o seu destino e salvaguardar, dentro das regiões do presente, as forças legadas pelo passado à Nação, encontram já na actual orgânica do Estado o seu modelo eficiente e estatual. A missão exercida pelo Legislador, a sua obra de «Führer» da consciência lusitana, correspondem com admiravel exactidão às aspirações dos revolucionários do Ano 26, quando estes, azafamados ainda na febre da acção, presos ao ardor dos combates da con-

solidação militar, buscavam através dos acontecimentos a figura política do Dominador (1).

A carta política da geração encontra-se, por conseguinte, definida. O que é necessário é fazer dela uma aspiração nacional, animando-a, em troca, com um sistema de actos em que se exteriorize, sob os signos de uma moral candente de conquista, a fé comum num ideal colectivo de Expansão, e que sirvam ao mesmo tempo para revelar nos quadros do racismo lusitano o poder, secularmente renovado, da sua mística pessoal e universalista. Profundos magnetismos portugueses, energias vivazes e renovadoras, permanecem ocultos, em estados de êxtase, exilados na sombra das pedras sagradas da Índia e da Batalha. Gestos de comando e lições de heroísmo parecem inscritos, refulgentes como medalhas olímpicas, na luz do sol, na curva larga do céu e até no esplendor de certas frases. Pouco mais se necessita, pois, que recolher sobre o solo da patria este ardente patrimonio de forças, de exemplos e de cubiças

(1) O autor, interpretando essas mesmas aspirações, estabelecia, no decorrer da mesma época, este retrato do Chefe:

«Esse homem, possuidor duma coragem e energia de alma sem igual; tendo o caracter afeito a domar dificuldades sem olhar a influências de sentimento ou ligações de interesses; submetendo as convicções mais rígidas ao arbítrio da sua consciência em plena liberdade; agindo por si, reflectindo por si, comandando por si; tendo fé, tendo orgulho, tendo vontade; esse homem seria o fiel depositário de todos os valores nacionais, o responsavel da saúde da patria, o guia soberano do seu pensamento, enaltecendo com o prestigio da sua Autoridade política todas as manifestações da actividade do país e domando por afirmações do seu imperio pessoal, submetendo-as a um estado fecundo de equilibrio e produção, as forças mais adversas e intransigentes do Estado».

O Ditador, pág. 141.

espirituais, para que a geração portuguesa de hoje possa cumprir com honra o seu destino de gloria.

Há, no entanto, que cortar a marcha a certas tendências nacionalistas vindas de sectores onde a batalha nunca foi cruenta nem mesmo chegou a assomar à berma dos parapeitos a fim de, com a sua presença, depurar valores e extremar a virtude do sacrificio, as quais, não tendo com elas a união de nenhuma vitalidade de pensamento ou de acção, de nenhum exemplo de bem servir, com pouca utilidade entrarão no activo nacional.

Vem a propósito esclarecer que nem sempre qualquer *nacionalismo* é nacional. Este aparece muitas vezes, de oculta importação estrangeira, mais como uma arma de paixão política e instrumento pessoal, que como uma doutrina de abdicação de todos os interesses do individuo em favor dos interesses absolutos da Nação. Um internacionalista pode, mesmo, em casos especiais, produzir obra de maior proveito dentro dos quadros nacionais que um confesso servidor desses mesmos quadros.

O nacionalismo da ordem nova, destinado a agir num campo apertado entre a linha de baionetas e de ambições de outros nacionalismos, terá que fundar a sua moral sobre os postulados políticos e filosóficos das reevindicações racistas que melhor possam servir o orgulho da historia e a grandeza presente e futura de Portugal. Contrario ao socialismo popular e nivelador de classes, não será um nacionalismo de massa, mas um nacionalismo de hierarquia, apto a servir o ímpeto juvenil da ideia que representa, através de todos os perigos e fiel à responsabilidade da sua grave missão pa-

triotica. A acção, a acção tumultuosa, a acção sangrenta, a acção fecunda será a heráldica apropriada para timbrar com o seu enérgico imperativo a alma moça dos quadros políticos, tornando o seu nacionalismo digno do sacrificio dos nossos mortos na Guerra de ontem e digno tambem do sacrificio calado e laborioso dos portugueses que, pelo engrandecimento e permanência das terras d'Além, vivem, sonham e lutam nas solidões remotas dos confins do Imperio. Nenhuma abstracção sem realidade, nenhum símbolo que seja sómente um símbolo. Nenhuma falsa liberdade, nem nenhuma tirania de ordem material. Conservar é morrer. Criar é viver. O novo nacionalismo será por isso anti-liberal e anti-conservador, isto é — revolucionário (1). De resto, com um sentido perfeito da missão que incumbe aos quadros da Nação, o proprio Chefe exclama: *a revolução continúa.*

As patrias necessitam de viver sempre na sombra dum grande perigo a fim de excitarem, por meio desse perigo, a sua energia moral e manterem desperto e vigilante o instinto de luta das gerações destinadas a servi-las. O principal objectivo deste livro foi o mostrar que esse perigo existe, preparando a Geração Portuguesa tanto a saber esperá-lo numa firme posição moral, como a servir-se dêle para uma lição política e patriótica.

(1) Vem a propósito frisar que este corpo de doutrinas já em 1926 fazia parte das preocupações políticas dum grupo de nacionalistas de *acção*. Guardo comigo um projecto de Organização das Milicias da Dita-dura (antecipação da União Nacional), redigido naquela época entre Angelo César, José Nosolini e esse malogrado Tenente Moraes Sarmento, que me foi confiado para discussão e onde as directrizes a attribuir às equipas eram sensivelmente idénticas.

Saiba pois, esta geração elevar a consciência dos seus actos ao nível ardente duma mística nacional, criar no seu pensamento um ideal de Grandeza e de Fé, e, afirmando de novo a serena bravura da sua raça e a disciplina do seu alto espírito heróico, conservar-se atenta e precavida contra os inimigos de toda a parte. Que a sua acção tenha um só campo—o nacional. Que a sua atitude, acima de todas as «ententes» e solidariedades internacionais, seja sempre uma e única: a das vésperas das nossas batalhas gloriosas!

bibRIA

INDICE

Pág.

Preâmbulo 13

Eis aquí a Europa... 21

Noções da Europa. — Nação ou Continente? — Sobrenacionalismo. — A última crise. — O mal da Europa. — O remédio da racionalização. — A organização da Europa. — Em vésperas de Catástrofe?

Nós, Lusitanos... 67

Indícios duma geração. — Os «novos-homens». — Posições.
— Ultimas palavras.

EDIÇÃO DO AUTOR

bibRIA

A circunstancia de ter sido este Discurso composto e impresso no estrangeiro, explica as erratas e desequilíbrio ortográfico que possam notar-se.

ACABOU ESTE LIVRO DE SE IMPRIMIR
NA «IMPRESSA ALEMANA», DA CIDADE
DE SEVILHA, ESPANHA, AOS VINTE
E UM DE FEVEREIRO DO ANO DE
MIL NOVECENTOS E TRINTA E CINCO

bibRIA



VIVERE EST
DESIDERE



bibRIA

do autor

a aparecer:

viagens

» Às portas do Islam »

em espanhol

» Baladas de Sevilla
en primavera »



a u t o r e t r a t o